



**Vol. 2, n° 1 - 2022 Direito**

---



**Autor Corporativo:**

**Faculdade Católica Rainha da Paz – FCARP**

CNPJ. 37.500.808/0003-0

Avenida 23 de Maio, 02 – Centro, Araputanga-MT CEP: 78.260-000

**Organização:**

Me. Jefferson Antonione Rodrigues

Ma. Mailsa Silva de Jesus

**Editores:**

Ma. Marilza Larranhagas da Cruz

Me. Jefferson Antonione Rodrigues

Telefone: (65) 32611314 E-mail: [revista@fcarp.edu.br](mailto:revista@fcarp.edu.br)

**Comitê Científico:**

Me. Ademir Patrik de Moura

Esp. Eleuzamar Maria da Silva

Ma. Cleusa Bernadete Larranhagas Mamedes

Ma. Mailsa Silva de Jesus

Ma. Marilza Larranhagas da Cruz

Me. Waldemar Rosa Pereira

Dr. César Augustus Winck

**Editoração e Diagramação:**

Esp. Dinair Pereira Nunes

Me. Jefferson Antonione Rodrigues

**Periodicidade:**

Fluxo Contínuo

**Idiomas:**

Português



**Vol. 2, n° 1 – 2022 Direito**



---

**ANAIS DO VI SEMINÁRIO DE COMUNICAÇÃO ORAL DO  
CURSO DE DIREITO DA FCARP**

**PERÍODO: 16/11/2021 a 06/12/2021**  
FCARP – Araputanga – MT



**EVENTO VIRTUAL**

**ORGANIZAÇÃO:**

**Ma. MAILSA SILVA DE JESUS**

Coordenadora do Curso de Direito da FCARP

**Ma. LUCIENE FRANCISCA DE SOUZA JESUS**

Coordenadora do Núcleo de Trabalho de Curso – NTCC/FCARP

**Ma. CLEUSA BERNADETE LARRANHAGAS MAMEDES**

Coordenadora do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Direito – NUPEDI/FCARP

**ARAPUTANGA – MT**

**2022**



## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>05</b>
<b>GT 01 – DIREITO PREVIDENCIÁRIO</b>	
<b>GT 02 – DIREITO, ARTE E LITERATURA/DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO/DIREITO ELETRÔNICO</b>	
<b>GT 03 – DIREITO AMBIENTAL I</b>	
<b>GT 04 – DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE</b>	
<b>GT 05 – DIREITO PROCESSUAL CIVIL</b>	
<b>GT 06 – POLÍTICAS PÚBLICAS I</b>	
<b>GT 07 – DIREITO PROCESSUAL PENAL I</b>	
<b>GT 08 – DIREITO PROCESSUAL PENAL II</b>	
<b>GT 09 – DIREITO CONSTITUCIONAL I</b>	
<b>GT 10 – SOCIOLOGIA JURÍDICA</b>	
<b>GT 11 – DIREITO DA PERSONALIDADE</b>	
<b>GT 12 – DIREITO CONSTITUCIONAL II</b>	
<b>GT 13 – DIREITO CIVIL</b>	
<b>GT 14 – DIREITO ADMINISTRATIVO/POLÍTICAS PÚBLICAS II</b>	
<b>GT 15 – DIREITO PENAL I</b>	
<b>GT 16 – DIREITO PENAL II</b>	
<b>GT 17 – DIREITO PENAL IV E EXECUÇÃO PENAL</b>	
<b>GT 18 – DIREITO DO TRABALHO</b>	
<b>GT 19 – DIREITO DE FAMÍLIA E DIREITO SUCESSÓRIO</b>	
<b>GT 20 – DIREITO REGISTRAL E DIREITO DO CONSUMIDOR</b>	
<b>GT 21 – DIREITO PENAL III</b>	
<b>ÍNDICE QUALIFICATIVO DOS ORIENTADORES .....</b>	<b>77</b>



## **APRESENTAÇÃO**

Os Anais do VI Seminário de Comunicação Oral dos Trabalhos de Conclusão de Curso do Curso de Direito da Faculdade Católica Rainha da Paz –FCARP reúne os resumos de todos os trabalhos acadêmico-científicos produzidos e apresentados pelos acadêmicos, durante o Seminário, realizado no período de 16/11/2021 a 06/12/2021, de forma remota.

O Trabalho de Curso (TC) constitui-se em componente curricular obrigatório previsto nas Diretrizes Curriculares dos cursos de Direito, de acordo com o estabelecido pela Resolução CNE/CES nº 5, de dezembro de 2018.

No Curso de Direito da FCARP, o TC consiste em pesquisa individual orientada por docente da Instituição, cujo tema deve possuir vínculo com as áreas de conhecimento jurídico, identificadas pelas disciplinas e linhas de pesquisas ofertadas no currículo pleno do Curso de Graduação em Direito e deve priorizar a prática de pesquisa regionalista (pesquisa de campo) e a linha de pesquisa do Curso, cuja temática envolve: Direitos Humanos, Meio Ambiente, Cultura Indígena e Afro, Educação e Políticas Públicas. O trabalho pode ser elaborado em forma de Monografia ou de Artigo Científico.

O TC tem início no 4º ano do referido curso, com a escolha do tema, elaboração do pré-projeto e escolha de Orientador.

O Seminário de Comunicação Oral dos TCs, conforme Regulamento da FCARP, desenvolve-se de acordo com Grupos de Trabalho – GTs e as apresentações são organizadas por temáticas e áreas de conhecimento.

O VI Seminário de Comunicação Oral apresentou os seguintes GTs, conforme especificação no Sumário Introdutório deste.

O registro do evento em forma de ANAIS tem como objetivo socializar a produção de conhecimento na academia, especialmente, na área jurídica, destacar o TC do Curso de Direito, na forma como se desenvolve, além de estimular a pesquisa e a produção científica busca capacitar o aluno à interpretação crítica do Direito, bem como para se comunicar com precisão e compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.



---

## GT 01 – DIREITO AMBIENTAL I

### PELO PRISMA DO DESASSOSSEGO NO DIREITO: DA NORMATIZAÇÃO PENAL E AMBIENTAL À PERTURBAÇÃO DO SILÊNCIO DO “*HOMO FABER*” EM HANNAH ARENDT E PIERRE BOURDIEU

*Delvis Versalli Souza*  
*Me. Jefferson Antonione Rodrigues*

A escolha do presente tema deu-se através da observação de condutas reiteradas de desrespeito ao sossego social, demonstrando a falsa perspectiva do direito individual encontrar-se em superioridade quanto aos direitos considerados da coletividade, pouco importando quanto a afetação negativa da paz social e o equilíbrio ambiental. Nessa perspectiva, irá ser apresentado na presente pesquisa determinadas abordagens, como a compreensão das práticas de desassossego previsto no ordenamento pátrio que, poderá ser este classificado, como conjunto de normas capazes de regular o equilíbrio social objetivando convívio harmônico em sociedade preservando assim a dignidade humana e a qualidade da saúde social. Importante mencionar que o desassossego encontrar-se-á tipificado em diploma legal no artigo 54 da Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, bem como corrobora para preservação do sossego através do artigo 42 Decreto-Lei N° 3.688, de 3 de outubro de 1941, junto à inserção social humana a qual se dará por intermédio de pesquisas doutrinárias em ambiente bibliográfico dando ênfase na visão de Pierre Bourdieu e Hannah Arendt, bem como utilização do método qualitativo objetivando encontrar a concepção meticulosa das propriedades situacionais fenomenológicas, as quais serão explanadas através do método dedutivo apresentando linguagem de fácil acesso ao conteúdo. Desta feita, poderá ser possível notar o demasiado desrespeito ao direito do sossego na sociedade, a qual pontua-se pela conclusão da presente pesquisa quanto a existência de normas pátria capazes de regularem o objeto em questão, inclusive possibilitando a punibilidade do agente que as praticam.

**Palavras-chave:** 1. Poluição Sonora. 2. Contravenção penal. 3. Atuação estatal.



---

## GT 01 – DIREITO AMBIENTAL I

### O DIREITO DESPIDO DE MÁSCARAS: UM ENSAIO SOBRE A TEORIA DE “WILLFUL BLINDNESS”

*José Almério Queiroz da Mata  
Me. Jefferson Antonione Rodrigues*

A presente produção acadêmica tem como intuito, trazer um estudo sobre essa teoria, fazendo com que as pessoas possam aprender mais sobre, e possa ver a ilicitude cometida por elas. A teoria de “WillfulBlindness” mais conhecida como teoria da cegueira deliberada, teoria das instruções do avestruz, entre outros, é quando o agente finge não enxergar a ilicitude do ato que vai cometer. É importante sabermos sobre essa teoria, pois ela foi criada para pessoas que “fingem” não enxergar a ilicitude do ato cometido com intuito de auferir vantagens. Dessa forma, o agente conhecendo a teoria da cegueira deliberada, ele vai analisar se estará cometendo o dolo eventual, antes de cometer o ato. Para ser aplicada a teoria, é necessário que o agente tenha conhecimento que os bens, direitos ou valores carregados por ele são ilícitos. Com isso, ressalta-se a importância do assunto referente a teoria de “WillfulBlindness” para que aqueles que são despidos do conhecimento não cometam delitos graves, sem ter o conhecimento sobre o assunto que estamos tratando, sendo que a nossa carta magna prevê que não podemos jamais alegar o desconhecimento das leis que compõe o nosso ordenamento jurídico. Assim, para o desenvolvimento desta proposta far-se-á uso dos procedimentos metodológicos de cunho bibliográfico, dedutivo e qualitativo.

**Palavras-chave:** 1. Direito Penal 2. Lavagem de Dinheiro.3. Hermenêutica Penal.



---

## GT 01 – DIREITO AMBIENTAL I

### OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS CAUSADOS PELOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS/MT

*Renata Cristina da Silva*  
*Me. Jefferson Antonione Rodrigues*

Com o objetivo de estudar os impactos socioambientais causados pelos resíduos sólidos especificamente na região do município de São José dos Quatro Marcos, o presente trabalho discorre sobre a temática abordada mostrando a realidade do aterro sanitário regional. Aterro sanitário é o local onde é destinado os resíduos sólidos gerados pelos moradores das cidades. Os resíduos sólidos tratam-se de restos provenientes das atividades humanas, sejam elas domésticas (sobras de alimentos, embalagens, papéis, plásticos etc.) ou industriais (plásticos, papéis, madeira, fibras, resíduos relacionados à animais e plantas etc.) e, atualmente, vivemos em uma sociedade consumista, onde quase nada é reaproveitado, tornando o estudo do impacto desses resíduos ainda mais necessário. Quanto à abordagem, a metodologia de pesquisa utilizada neste trabalho foi a quantitativa, usando de relatos reais de uma visita à campo; quanto à natureza, a pesquisa se classifica como aplicada, buscando soluções práticas para problemas específicos; quanto aos objetivos, é explicativa; quanto aos procedimentos, trata-se de pesquisa bibliográfica com pesquisa de campo.

**Palavras-chave:** Direito Ambiental. Coleta Seletiva. Garantismo Constitucional.



---

## GT 02 – DIREITO DO TRABALHO

### TELETRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA: REGULAMENTAÇÃO E DESAFIOS NO ÂMBITO DA 26ª CIRETRAN/DETRAN/MATO GROSSO

*Suzamar Leite Aires*  
*Dr. Claudirene Andrade Ribeiro*

O estudo trata das repercussões da pandemia de Covid-19 no trabalho dos servidores do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/MT, sobretudo com a imposição do teletrabalho para referidos servidores em decorrência de normas criadas para o atendimento de questões sanitárias. Para tanto, utilizou-se do método indutivo, com pesquisa participativa na Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) de Mirassol D' oeste-MT, além da análise bibliográfica e documental acerca do tema de teletrabalho. Objetivou-se investigar os impactos das normas e regulamentações que impuseram o teletrabalho no âmbito do órgão estudado para os servidores. Os dados obtidos demonstram que o teletrabalho, apesar de imposto aos servidores, foi tido pela maioria desses como benéfico, sobretudo em virtude da maior disponibilidade de tempo para a vida pessoal. Não obstante, essa modalidade de trabalho encontrou resistência por parte dos servidores do órgão, especialmente em decorrência da falta de estrutura em suas residências, além do aumento dos gastos com energia elétrica. Conclui-se pela necessidade de melhor regulamentação do teletrabalho no âmbito do Detran/MT, com vistas a torná-lo facultativo após o término da pandemia, além da criação de mecanismos que permitam aferir a produtividade dos servidores, bem como a do custeio dos equipamentos indispensáveis para o exercício do trabalho, como computadores, energia elétrica e rede de internet.

**Palavras-chave:** Teletrabalho. Pandemia Covid-19. Detran/MT.



---

## GT 02 – DIREITO DO TRABALHO

### **RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRABALHO: TEORIA OBJETIVA E SUBJETIVA**

*Rayra Maria Ferreira Vilela  
Me. Jean Dias Ferreira*

O presente estudo irá tratar sobre a responsabilidade civil do empregador decorrente de acidente de trabalho, abordando as teorias objetiva e subjetiva, com o intuito de demonstrar como se dá a relação entre empregado e empregador. A pesquisa teve como cerne incessante a busca para mostrar como é o cotidiano e o vínculo empregatício. O artigo estrutura-se em capítulos, quais sejam, a reponsabilidade do empregador, como ela surge e como pode ser responsabilizado, abordando também sobre as teorias objetiva e subjetiva no ordenamento jurídico pátrio. A metodologia utilizada no presente trabalho é a pesquisa bibliográfica elaborada a partir de material já publicado (livros, artigos, teses, etc).

**Palavras-chave:** Acidente de trabalho. Responsabilidade civil. Teoria objetiva e subjetiva.



---

## GT 02 – DIREITO DO TRABALHO

### MULHER E MERCADO DE TRABALHO: UM ESTUDO SOBRE A (DES)IGUALDADE DE GÊNERO EM TEMPOS DE PANDEMIA NO ANO DE 2020

*Tayna Pereira Rodrigues*  
*Me. Jean Dias Ferreira*

Este trabalho tem o objetivo de fazer uma reflexão sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho e a sua importância para o desenvolvimento social. Sempre que se busca entender o papel da mulher na sociedade, é necessário conhecer a sua história, para que assim seja possível entender a formação de sua identidade, de seus grupos sociais, seu posicionamento no contexto familiar e no mercado de trabalho. Podemos destacar que o trabalho feminino ainda é marcado pela precarização, há ainda muitas desigualdades em relação ao trabalho das mulheres, contudo, já percebemos os avanços, quando nos deparamos com mulheres inseridas em postos antes ocupados somente por homens. A pesquisa bibliográfica desenvolvida através deste trabalho busca trazer informações sobre a revolução histórica da mulher no mercado de trabalho, bem como a atual situação dessas mulheres no que diz respeito a desigualdade no ambiente de trabalho e sustento familiar diante da sombra da crise trazida pela pandemia. As mulheres ao longo da história fizeram grandes transformações em sua vida familiar e principalmente na sociedade. Dessa maneira, há a necessidade de reconhecimento da importância da participação da mulher na população economicamente ativa, as mulheres estão cada vez mais impondo as suas necessidades e ocupando os seus lugares na sociedade, assim, é de suma importância a discussão da desigualdade de gênero apresentada no âmbito profissional.

**Palavras-chave:** Mulher e Mercado de trabalho. (Des)igualdade de gênero. Pandemia do covid-19.



---

## GT 02 – DIREITO DO TRABALHO

### O RECONHECIMENTO DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO ENTRE CASA NOTURNA E PROFISSIONAIS DO SEXO

*Klitya Stefani Maulaz Oliveira*  
*Me. Jean Dias Ferreira*

Este artigo aborda o reconhecimento de vínculo de um profissional do sexo com um empregador ao qual se busca trabalhar de forma subordinada a alguém. O principal objetivo é estudar o profissional do sexo e o ordenamento jurídico para saber se há possibilidade ou impossibilidade de se ter o direito de escolha da profissão e não mais ter sua profissão marginalizada ou ser taxado como uma vítima da sociedade. Os locais que foram pesquisados foram o município de Ouro Preto do Oeste Rondônia e as cidades do vale do Rio Jauru em que foi feito um questionário aos profissionais. A metodologia adotada para o estudo é a abordagem qualitativa que utiliza a coleta de dados sem a preocupação da medição numérica. Os procedimentos técnicos adotados é a pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de livros, artigos, teses, legislação, doutrinas e, levantamento a partir de um questionário aplicado em contato direto com os profissionais do sexo. O método para análise é o indutivo, pois é constituído por um raciocínio que, de fatos particulares, se tira uma conclusão genérica. O resultado indica que embora existam muitos casos que foram negados nos tribunais a sociedade e o ordenamento jurídico caminha cada vez mais para se ter o reconhecimento do vínculo, mesmo que por enquanto seja de forma indireta isso já indica um grande avanço.

**Palavras-chave:** Prostituição. Vínculo trabalhista. Reconhecimento jurídico.



---

## GT 02 – DIREITO TRIBUTÁRIO DO TRABALHO

### AS CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS DA EXCLUSÃO DO PIS E COFINS NA NOVA REFORMA TRIBUTÁRIA 2020

*Victor Valentim Araújo Silva*  
*Me. Jean Dias Ferreira*

As consequências econômicas da exclusão o PIS e COFINS na nova reforma tributária 2020 é assunto de grande relevância para sociedade como um todo, pois está ligado diretamente ao nosso dia a dia. Trata-se da criação de um novo tributo chamado CBS em substituição aos impostos mencionados anteriormente. Apesar de ser um tema recente e que não existe muitos estudos sobre assunto, devemos saber e entender quais serão os impactos dessa alteração se aprovada pelo Congresso Nacional. Neste sentido, o presente artigo tem-se como premissa compreender o que é a CBS, comparar, analisar e verificar as consequências causadas nos diversos setores da economia e do consumidor pela extinção do PIS e COFINS na primeira parte da nova reforma tributária 2020. O objeto de estudo é o PIS/CONFINS e CBS, e com a pesquisa quantitativa e bibliográfica realizada, aliada ao método indutivo, foram analisados doutrinas, publicações em *site* oficiais e artigos científicos especializados. Com eles foi possível auferir que tal substituição de tributo é no intuito de simplificar o processo, mantendo a neutralidade nas decisões econômicas e trazendo maior transparência para o brasileiro que paga uma alíquota maior do que pode enxergar, porém quando analisadas as taxas e quais as consequências econômicas da exclusão do PIS e COFINS na nova reforma tributária, observamos que o impacto será gigantesco e que maior prejudicado será o contribuinte final da cadeia produtiva, ou seja, o consumidor final.

**Palavras-chave:** Tributo. PIS/PASEP e COFINS. CBS.



---

## GT 02 – DIREITO TRIBUTÁRIO DO TRABALHO

### **A RESSOCIALIZAÇÃO DO EGRESSO DO SISTEMA PRISIONAL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: A LUTA PELO RECONHECIMENTO**

*Tatiani Veríssimo Zuchetti Alves*  
*Me. Jean Dias Ferreira*

A presente pesquisa objetivou analisar a ressocialização do egresso do sistema prisional no contexto das Políticas Públicas e Estado Social como fator proporcionador da luta pelo seu reconhecimento para uma futura reinserção na sociedade. Para trabalhar esta temática se fez necessário analisar conceitos de Política Pública e Estado Social, caracterizar contextos de desafios e possibilidades na busca da ressocialização dos ex-presidiários, em seguida, trata das possíveis ferramentas para amenizar seus sofrimentos, estabelecendo conexões com o mercado de trabalho, para recolocação completa desse ser compassivo na sociedade, assim, o presente artigo dialoga com possíveis inovações na justiça. Utilizamos como metodologia, abordagem do problema de forma qualitativa, pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de livros, artigos, teses e legislações vigentes, e a coleta e análise dos dados recorre-se a análise documental e coleta de dados no Departamento Penitenciário Nacional. A título de conclusão verificou-se a necessidade de encontrar novos horizontes protetivos capaz de trazer à consciência coletiva, a fim de, reduzir a desigualdade de oportunidade do reeducando. Ainda se destacam como medidas de reintegração social a Constelação Familiar e a Justiça Restaurativa, as quais possibilitam o desenvolvimento de uma melhor consciência tanto pelos apenados quanto pela sociedade em geral. Ao final, conclui-se ser medidas imprescindíveis para a diminuição das taxas de reincidência, o que, por consequência, diminuiria a superpopulação carcerária, assegurando não apenas a ressocialização, mas também o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

**Palavras-chave:** Ressocialização. Políticas Públicas. Reconhecimento.



---

## GT 03 – CRIMINOLOGIA E PSICOLOGIA JURÍDICA

### PSICOLOGIA E PSIQUIATRIA FORENSE: A CONTRIBUIÇÃO INVESTIGATIVA NOS CASOS DE *SERIAL KILLERS*

*Ingrad Santana Sardinha*  
*Dr. Edson Benedito Rondon Filho*

O presente trabalho objetiva analisar os assassinos em série com perfil psicopata para compreender sua personalidade e traçar suas características, possibilitando a identificação do tipo. Também é objetivo desta composição, verificar a correlação desse perfil criminoso com o avanço dos estudos da ciência criminal, voltado para psiquiatria forense e sua contribuição na área penal. E por fim, como a justiça criminal é aplicada a esses agentes denotando as possíveis formas de enquadramento. No transcurso deste artigo, em relação à psicopatia, é elencado a conceituação, características, classificação, fases do ciclo, correlação com a psiquiatria forense, contribuição da psicologia investigativa e o enquadramento para com a justiça criminal. A abordagem é qualitativa, com objetivos descritivos e procedimentos técnicos fundamentados na pesquisa bibliográfica, com método de análise dedutivo.

**Palavras-chave:** Psiquiatria Forense. Profissionais da psicologia investigativa. *Serial Killer*.



---

## GT 04 – DIREITO PENAL I

### **PEDOFILIA VIRTUAL RELACIONADA COM O ISOLAMENTO SOCIAL DECORRENTE DA PANDEMIA DO COVID-19**

*Cinthia Lohane Campos Figueiredo  
Dr. Edson Benedito Rondon Filho*

O estudo aborda a prática da pedofilia virtual a partir da realidade em que nos encontramos isolados da sociedade devido ao vírus Covid-19, e reflete sobre a proteção integral proporcionada pelo ECA para proteger crianças e adolescentes de abusos e seu impacto na pedofilia virtual a inocência do comportamento. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a pedofilia é uma doença classificada como transtorno da preferência sexual (CID-10 F65) de acordo com a classificação estatística internacional de doenças e agravos à saúde. No entanto, a prática da pedofilia pode variar de várias formas: Tipos de infracções penais estipuladas na Lei da Criança e da Juventude (ECA) e na Lei Penal. No campo do Direito, esta pesquisa tem como objetivo aprofundar conhecimentos sobre o assunto, basear-se na legislação existente que trata da matéria e acompanhar as decisões das diversas áreas do Judiciário. Tem como objetivo fortalecer o trabalho de combate a esse crime, protegendo os direitos das crianças e dos jovens. O método baseia-se qualitativamente nos procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica, por meio do estudo de artigos, relatórios e publicações no site relacionadas ao tema. O método de análise é o hermenêutico-jurídico. Os resultados indicam que os casos de pedofilia virtual aumentaram após a pandemia, sendo detectadas 5.866 de casos de páginas na Internet com conteúdo de pornografia infantil no ano de 2020 contra 2.017 no ano de 2019.

**Palavras-chave:** Pedofilia Virtual. Tratamento Jurídico. Da proteção da criança e do adolescente. Pandemia do COVID-19. Isolamento social.



---

## GT 04 – DIREITO PENAL I

### ASPECTOS JURÍDICOS DA SÍNDROME DE ESTOCOLMO

*Cláíne Agustini Imiani*  
*Dr. Edson Benedito Rondon Filho*

O presente artigo científico tem como intuito a análise pormenor da *psique* da vítima portadora da Síndrome de Estocolmo utilizando como disciplinas complementares a psicologia jurídica e vitimologia tendo em vista que tais ramos do saber contêm informações relacionadas à origem, características e fundamentos jurídicos da Síndrome de Estocolmo. Ademais, para, além disso, o presente trabalho, também, trará à baila casos reais e fictícios que bem ilustram a existência desse distúrbio psíquico. Desse modo, em síntese, busca o presente trabalho trazer informações pormenorizadas sobre o assunto, que tão pouco é discutido, assim como trazer os métodos científicos aplicados para que se obtenha a resolução e solução da aludida síndrome, tendo em vista que as suas vítimas, de forma habitual, entram em um ciclo vicioso de dependência, o que não se mostrar viável e saudável, tendo em vista que o elo que é criado pela vítima em relação ao seu agressor somente tem como intuito amenizar o quadro de violência, de forma a evitar prejuízos maiores, não sendo, portanto, uma relação verdadeira de afeto, como acredita ser a vítima da aludida síndrome.

**Palavras-chave:** Síndrome de Estocolmo. Aspectos Jurídicos. Análise.



---

## GT 04 – DIREITO PENAL I

### **SERIAL KILLER NO DIREITO PENAL BRASILEIRO: O CASO DO MANÍACO DE GOIÂNIA**

*Eduarda Roberta dos Santos Araújo  
Dr. Edson Benedito Rondon Filho*

Este artigo tem como intuito explicar qual o melhor tratamento a ser dado aos assassinos em série qual o projeto de lei é abordado para esse tema pela nossa legislação penal brasileira. O método utilizado foi o indutivo, qualitativo e exploratório. A coleta de dados se sustenta na pesquisa bibliográfica, buscando registro de material sobre o *serial killer* e suas classificações, como é tratado o tema no Direito Penal Brasileiro, apresentando-se conceitos e padrões comportamentais. Além disso, também trata de um estudo de caso sobre um *serial killer* de Goiânia, aprofundando na jurisprudência e sobre sua prisão. Para o estudo do tema apresentado a análise do conteúdo normativo na legislação penal brasileira sobre o indivíduo psicopata *serial killer*, quais as características de um psicopata *serial killer*, e quais as características do psicopata *serial killer* segundo a legislação penal, o código penal e jurisprudência. E para tanto, como este trabalho trata esse tema dentro do Direito, ainda mais para as áreas de direito penal e criminologia, aprofundando nos assuntos relevantes e fundamentais ao tema. E também como é importante reconhecer os aspectos da mente do *serial killer* psicopata, seu comportamento adaptativo na sociedade, e se é possível uma ressocialização desse indivíduo ao nosso convívio social.

**Palavras-chaves:** Direito Penal. *Serial killer*. Psicopatia.



---

## GT 05 – DIREITO PENAL II

### **A PRÁTICA DO INFANTICÍDIO NAS ALDEIAS INDÍGENAS DE MATO GROSSO E A APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO QUANTO À RESPONSABILIDADE PENAL**

*Jesuanne Stênya Rosalves Martins*

*Ma. Henriqueta Fernanda Chaves Alencar Ferreira Lima*

O infanticídio indígena é uma prática que ocorre em algumas etnias brasileiras, visando então entender como ocorre esta prática cultural envolvendo a vida humana e deste modo aprofundar o tema ante as polemias, e em consequência a possibilidade de uma responsabilidade criminal a ser aplicada aos indígenas que praticam esse ato, em virtude de sua cultura, crenças e costumes. Ademais, o posicionamento da ONU, FUNAI e do Estatuto do Índio, com o intuito de resposta frente ao relativismo cultural, a visão do Estado sobre a punibilidade e imputabilidade perante aos indígenas e também falar um pouco sobre os povos kamayurás que estão localizados no estado Mato Grosso. Deste modo, apenas com a convivência harmoniosa entre as sociedades será possível chegar a um entendimento que agregue para ambos. Por fim, a metodologia usada para o desenvolvimento do presente artigo será a abordagem qualitativa juntamente com as técnicas de pesquisa bibliográfica, doutrinária e jurisprudencial, com obras relacionadas a antropologia jurídica e o Direito Penal.

**Palavras-chave:** Infanticídio Indígena. Punibilidade. Cultura.



---

## GT 05 – DIREITO PENAL II

### **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DE GÊNERO DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS, NO ANO DE 2020, NA CIDADE DE CÁCERES – MT**

*Acadêmica: Micheli Almeida Prado  
Ma. Henriqueta Fernanda Chaves Alencar Ferreira Lima*

O isolamento social, medida sanitária exigida para conter a pandemia do novo Coronavírus, mudou a rotina das famílias devido às atividades serem desenvolvidas em casa. Essa alteração na rotina familiar aumentou a vulnerabilidade da mulher, deixando-a mais suscetível à violência doméstica, que em sua maioria, é causada pelo próprio companheiro da vítima. Assim, este trabalho objetiva, dentre outros, o índice de casos e possíveis causas de violência contra a mulher durante a pandemia do novo Coronavírus no ano de 2020 na cidade de Cáceres-MT. A metodologia adotada para o desenvolvimento desta pesquisa foi uma abordagem quantitativa, estrutural e pontual, empregando-se a técnica dedutiva orientada pelo resultado. Os dados de registros de ocorrência envolvendo vítimas mulheres no período de 2009 a 2021, foram fornecidas via e-mail pela Diretoria de Inteligência da Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso, possibilitando assim sua análise. Ademais, foi realizado o levantamento bibliográfico, sistematizado e documental a partir de revistas científicas, website/repositório, livros e notas técnicas. Os resultados mostram que o isolamento social influenciou o número de denúncias de violência doméstica contra a mulher, aumentando significativamente as ocorrências que remetem a maior facilidade de encontrar a vítima, visto a necessidade do isolamento social, enquanto outras denúncias de maior registro em 2019 apresentaram queda. Entretanto, essas alterações podem ser em razão da natureza das ocorrências ou pelo fato de as vítimas não conseguirem realizar a denúncia pelos meios eletrônicos pelo maior tempo de convivência com o agressor, ou se deslocar até a delegacia. Esses resultados demonstram a necessidade de realizar mais estudos de acompanhamento dos registros e meios de suporte a essas mulheres vítimas em violência no município de Cáceres-MT.

**Palavras-chave:** Isolamento social. Violência contra à mulher. Políticas públicas. Rede de apoio.



---

## GT 05 – DIREITO PENAL II

### AS POSSIBILIDADES DE RESSOCIALIZAÇÃO DO INDIVÍDUO PSICOPATA NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO ATUAL DO HOSPITAL ADAUTO BOTELHO/MT

*Danielly Alves de Aquino*

*Ma. Henriqueta Fernanda Chaves Alencar Ferreira Lima*

O presente estudo aborda a psicopatia e seus reflexos no mundo jurídico pautado na realidade do hospital psiquiátrico Adauto Botelho, localizado na capital de Mato Grosso, bem como discorre sobre o instituto da ressocialização no sistema penal brasileiro, identificando as medidas punitivas aplicadas ao indivíduo diagnosticado com psicopatia. Analisa, também, a eficácia da reprimenda aplicada e se, com o seu cumprimento, terá bons resultados na reinserção do agente na sociedade. O objetivo principal é dar visibilidade ao psicopata, e como ele está inserido no sistema carcerário brasileiro, apontando variáveis falhas do Estado em sua atuação quando se trata de agente considerado imputável ou semi-imputável. Para tanto, foi utilizada a técnica de revisão bibliográfica a partir de doutrina nacional e estrangeira abalizada, além de dados oficiais obtidos em relação ao referido hospital. Os resultados indicam que há grande dificuldade em diagnosticar a psicopatia, tendo em vista a escassez de peritos- técnicos aptos para essa identificação, e quanto à pena, ora se tem medidas de segurança, ora aplica pena restritiva de liberdade. Verifica-se no hospital psiquiátrico Adauto Botelho que, atualmente, está em reforma, extremas violações de direitos como violências físicas, psicológicas e, até mesmo, sexual que foram constatadas por inspeção realizada, o que compromete o ideal legal de ressocialização.

**Palavras-chave:** Psicopatia. Sistema Penal Brasileiro. Ressocialização. Cumprimento da Pena.



---

## GT 06 – DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

### A ATUAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR NO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE NA COMARCA DE ARAPUTANGA NO PERÍODO DE 2020

*Mariony Soares de Oliveira  
Me. Everton Leandro da Costa*

O presente trabalho versa sobre os direitos da criança e do adolescente, havendo como foco a análise dos desafios no funcionamento do conselho tutelar da cidade de Araputanga/MT, como órgão protetor e garantidor de direitos desse segmento na região. Garantir os direitos de crianças e adolescentes, ainda é um desafio à sociedade brasileira, já que, para assumir atitudes que reconheçam o outro como um sujeito de direito, ainda é laborioso. Desse modo, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, cabe ao conselho tutelar o dever de zelar pelo cumprimento dos direitos do menor previstos pelo estatuto. O estudo é exploratório, e tem caráter qualitativo, trabalhando com um mundo de significados, motivos, valores e atitudes, o que corresponde ao estudo das relações. Essa análise será realizada sob a ótica dos conselheiros tutelares, em especial na cidade de Araputanga/MT, desenvolvendo, a partir da análise da evolução histórica, objetos de proteção até as bases para atual legislação, visando a criança e ao adolescente como sujeitos de direitos. Além de, destacar o papel do conselho tutelar, tratando-o, segundo a doutrina, como um espaço de participação social e base de garantia de direitos sociais, por meio da pesquisa empírica, nos expedientes dos conselhos tutelares, suas dificuldades e desafios. Percebe-se que são inúmeras as atribuições do conselho tutelar, porém é o dever do mesmo de zelar pelo cumprimento dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, estabelecido no estatuto, protegendo os interesses do menor, sempre que os direitos reconhecidos em lei forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade, do Estado, abuso dos pais ou responsáveis. O procedimento de coletas de dados ocorreu por meio da pesquisa bibliográfica, em que busca responder a situação problema utilizando-se de fontes já publicadas sobre o tema, como doutrinas e artigos científicos, e da pesquisa documental, baseada na legislação.

**Palavras-chave:** Criança. Violência. Conselho Tutelar.



---

## GT 06 – DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

### ABUSO SEXUAL DE MENORES: UM ESTUDO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA INFANTO-JUVENIL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS/MT

*Augusto César da Silva Pereira*  
*Me. Jefferson Antonione Rodrigues*

O tema tem como objetivo discorrer sobre o abuso sexual de menores e violência de infanto-juvenil, no qual tem sido cada vez mais frequente nos dias de hoje, e vem crescendo de uma forma assustadoramente e ainda trata-se de um grave problema que vive a sociedade contemporânea, denominado exploração sexual infanto-juvenil, por mais que tenha criado projetos, leis ao combate de violência sexual ainda tem acontecido frequentemente no dia a dia das famílias afetadas. O objetivo principal é conhecer o funcionamento de combate de violência de abuso sexual da criança e adolescente, bem como discutir o papel da família e das políticas públicas protetivas no município de São José dos Quatro Marcos-MT, além de relatar os desafios encontrados no Município de São José dos Quatro Marcos-MT e como funciona as penalidades para o agressor de criança e adolescente. Por fim, a metodologia usada para o desenvolvimento do presente artigo será a abordagem qualitativa juntamente com as técnicas de pesquisa bibliográfica, doutrinária e jurisprudencial, com obras relacionadas a antropologia jurídica e cultural, e o Direito Penal.

**Palavras-chave:** Abuso de vulnerável. Penalidades. Município de São José dos Quatro Marcos-MT.



---

## GT 06 – DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

### **A DIALÉTICA DA NECROPOLÍTICA COM MICHAEL FOUCAULT E JORGE AMADO: UM ENSAIO JURÍDICO SOBRE A HISTORICIDADE DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E SUA EFETIVIDADE NA CONTEMPORANEIDADE**

*Karolyne da Silva Francisco  
Me. Jefferson Antonione Rodrigues*

O presente artigo tem como objetivo explicar questões filosóficas e sociológicas inseridas no sistema socioeducativo infantil, enfatizar a realidade atual e jurídica nos centros de reeducação no qual nem sempre cumprem-se as medidas socioeducativas com suas finalidades básicas, o qual tem por objetivo a reeducação e a reintegração do menor na sociedade civil. Nesta perspectiva, tratar-se-á de fazer uma alusão aos direitos adquiridos por menores, desde a primeira legislação específica até a atual denominada como ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente, que tem como finalidade a proteção integral, bem como verificar o quão se faz presente a teoria filosófica da necropolítica de Achille Mbembe no sentido de atribuição de poderes e distinção de povos, sob os fundamentos dos termos de biopoder e biopolítica desenvolvidos por Michel Foucault. Deste modo, será correlacionado reflexões inerentes a literatura brasileira identificando o quão a obra de Jorge Amado em Capitães de Areia se faz presente em todos os aspectos cotidianos e sociológicos principalmente no cenário infanto-juvenil. O método de pesquisa utilizado para a produção deste artigo é o dedutivo com abordagem qualitativa. A técnica, por sua vez, foi através de revisões bibliográficas pertinentes ao tema. Por fim, a presente pesquisa tem como intuito desmistificar a historicidade, bem como a real necessidade da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, com ênfase nos pensamentos filosóficos de Foucault e Mbembe, observando a eficácia ou ineficácia da aplicabilidade das medidas socioeducativas a menores na sociedade contemporânea tendo como parâmetro historiográfico inicial a obra literária Capitães de Areia de Jorge Amado, o intuito e induzir o leitor às diversas formas de reflexão e busca de posicionamentos perante a temática trabalhada e desenvolvida.

**Palavras-chave:** Estado Assistencialista. Criminalidade infanto-juvenil. Direito e literatura.



---

## GT 07 – DIREITO E ETNIA NEGRA

### DIREITO, IDEOLOGIA E RAÇA: A TEORIA DO BRANQUEAMENTO RACIAL FRENTE À VIOLÊNCIA POLICIAL CONTRA NEGROS NO BRASIL

*Ana Paula Magalhães Ramires  
Me. Jefferson Antonione Rodrigues*

No período colonial brasileiro, a força de trabalho dos negros foi sistematicamente empregada em consonância com o abuso e a violência. Após a abolição, o mito da democracia racial se difundiu, passando a ideia de que todos os povos seriam tratados com igualdade perante o Estado. Contudo, a realidade era a de que o alvorecer de um país “moderno” seria possível apenas com a eliminação de um novo inimigo: o povo negro. Tais fatos ainda refletem no presente, uma vez que se faz perceptível em nossa sociedade uma gama indiscutível de resultantes advindas de toda discriminação econômica e racial sofrida por essa população no país. O racismo institucional impregnado em nosso convívio é a principal consequência. Tal conceito é referente aos atos praticados por instituições que são comprovados por números e estatísticas, sendo recorrentes em lugares onde os negros são marginalizados, como trabalho, educação e saúde. Uma das mais penosas heranças atribuídas a esses indivíduos nesse contexto é a letalidade violenta, muitas vezes causada por um excesso de força policial perceptível nas relações da instituição para com esses cidadãos. Assim sendo, o presente artigo teve como objetivo a realização de um apanhado histórico, visando a busca pela compreensão da teoria do branqueamento racial e como a configuração desta ideologia atingiu (e ainda atinge) nossa sociedade. Para tanto, foi dado enfoque a uma abordagem qualitativa, dedutiva e bibliográfica. Desse modo, frente a uma realidade ainda extremamente discriminatória e até sangrenta, ficou facilmente evidente a necessidade de uma maior discussão e atenção a políticas que, muito além de promotoras de igualdade, sejam antirracistas.

**Palavras-chave:** Embranqueamento populacional. Herança colonial. Racismo institucional.



---

## GT 07 – DIREITO E ETNIA NEGRA

### DIREITO, HISTÓRIA E CULTURA AFRO: A INUMAÇÃO DA VOZ DO NEGRO PELOS CANTOS DA CIDADE

*Gabriela Lujan Fagundes*  
*Me. Jefferson Antonione Rodrigues*

O Direito interligado as fontes culturais africanas é um ramo jurídico que vem conquistando seu espaço dentre tantos outros. Por essa caminhada, desenvolve-se os saberes de uma área extraordinária, contudo, ainda silenciada e rejeitada por muitos, a Cultura. De modo geral, todos que se agregam ao meio social vivenciam a cultura, por meio das vestimentas, da música, dos ritmos, da conexão da arte e seus aspectos religiosos, do nascer ao renascer, os aspectos culturais da cultura africana encontra-se em nós, e através de nós. O percorrer da cultura não é algo novo e recém-chegado, o Direito descendente dela também não, o qual possui como propósito essencial a proteção e o combate às desigualdades raciais, fazendo com que os direitos concatenados a cultura afrodescendente sejam resguardados. No presente trabalho, tem-se como objetivo primordial o reconhecimento dos aspectos culturais interligados a matriz africana, bem como, a importância do papel do negro na história, com a perspectiva de aprofundar o conhecimento nos saberes que a cultura afro-brasileira representa no contexto geral da humanidade. O objeto principal do presente trabalho é a cultura, juntamente com a pesquisa qualitativa e bibliográfica realizada, concatenada ao método dedutivo, foram ponderados doutrinas e artigos científicos habilitados. Sua Justificativa se respalda no conjunto de valores que compõem uma sociedade, isto é, as pessoas vivem juntas e compartilham certo tipo de organização, a qual exercitam suas mentes para as diversas atividades conformadoras da prática social em seu conjunto. Diante dessa análise aprofundada e minuciosa, foi possível a percepção de que o preconceito e a intolerância relacionada ao caminhar cultural afro-brasileiro ainda é muito presente e discriminado, com a existência mínima de ações afirmativas que viabilizem o combate a este cenário ligado a um processo falacioso de superioridade racial.

**Palavras-chave:** Direitos humanos. Culturalismo africano. Memória.



---

## GT 07 – DIREITO E ETNIA NEGRA

### **GARANTISMO SALUTAR NEGRO: DESMITIFICANDO A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DE POPULAÇÃO NEGRA**

*Silvana Gonçalves de Araújo*  
*Me. Jefferson Antonione Rodrigues*

Contemporaneamente, a população negra ainda vivencia condições de vulnerabilidade e dificuldade de acesso à saúde no Brasil. Ainda que seja um direito conferido em Constituição, a realidade aponta para ações de ignorância e uma inegável desvantagem de oportunidades referentes a um passado de privações. A Política Nacional de Saúde Integral de População Negra representa uma conquista muito vantajosa nesse contexto, uma vez que representa uma ação do Ministério da Saúde em resposta às desigualdades que acometem esta população, reconhecendo que as suas condições de vida resultam de injustos processos de caráter social, econômico e cultural. Contudo, ainda é visível o quanto ainda existem defasagens nesse âmbito, já que as dificuldades de acesso ao sistema de saúde por essa parcela popular ainda são presentes, ao mesmo passo que o racismo estrutural se faz realidade. Frente a isso, é indispensável o debate contínuo acerca da necessidade de promoção de outras políticas públicas que garantam uma equidade definitiva, principalmente em um âmbito tão importante. O objetivo do artigo, portanto, referiu-se à exposição da importância da Política Nacional de Saúde Integral ao negro como modo de garantismo constitucionalista, bem como o histórico que promoveu sua criação. A metodologia se apoiou em parâmetros qualitativos, dedutivos e bibliográficos. Ao fim, restou como notória a certeza de que ainda que a criação da PNSIPN tenha sido um inegável avanço, é indispensável a continuidade de ações semelhantes, de cunho antirracista. Além de projetos desse gabarito, o investimento em uma educação de qualidade e inclusiva é de suma importância, a fim de atribuir aos cidadãos, desde o início de sua formação, a consciência de que as diferenças enriquecem a sociedade e não devem ser ferramentas de segregação.

**Palavras-chave:** Direitos básicos. Garantia constitucional. Racismo estrutural.



---

## GT 08 – DIREITO PENAL III

### DO DIREITO À SAÚDE: APOIO PSICOLÓGICO ÀS VÍTIMAS DE CRIME DE HOMICÍDIO EM SUA FORMA TENTADA

*Eduardo Marassi Siqueira*  
*Esp. Luiz Gustavo Gasch Harris*

O presente artigo tem como objetivo realizar um breve levantamento de dados através de uma pesquisa qualitativa sobre as vítimas da tentativa de homicídio, em especial no município de Mirassol D'Oeste, bem como os familiares das vítimas de homicídios consumados, analisando dados doutrinários, legislação ou outro artigo para demonstrar que as vítimas em questão ficam desamparadas emocionalmente e psicologicamente pelo Estado. Tem como função trazer à baila a construção Constitucional de um sistema de saúde que promete a tutela de proteção da família, apoio ao adolescente, idoso e a negligência na prestação de apoio psicológico a determinadas vítimas. Realizar pesquisas bibliográficas com o finco de encontrar possibilidades de agregar o tema no direito Constitucional, como também, identificar meios jurídicos pelos quais a vítima pode recorrer em caso de necessidade, sendo que essas precauções podem ser encontradas através de normas constitucionais e infraconstitucionais. Demonstrar ao leitor a necessidade de apoio psicológico para as vítimas em questão, visto que, os traumas não afetam somente seus sistemas psicológicos, mas também sua seara social, familiar, profissional e seus momentos de lazeres. Busca demonstrar a tipificação do delito, através do Código Penal, uma vez que o verbo do tipo se encontra em um determinado artigo, sendo que, o esse crime frustrado, na qual não ocorreu por força maior, encontra-se descrito em outra seção do código penal. Portanto, sabendo da quantidade de pessoas que sofreram uma tentativa de homicídio, sejam elas simples ou na forma qualificada, as sequelas permanecem, podendo ser em muitos casos física, mas, as pessoas são um conjunto de cognição, sentimentos, vontades e vários outros fatores psíquicos, logo, restam traumas/sequelas que só podem ser restaurados através de seções terapêuticas/psicológicas. Por isso, entende-se como importante fazer esse levantamento de dados para ilustrar o que a população brasileira enfrenta no seu dia a dia.

**Palavras-chave:** Direito a Saúde. Tentativa de Homicídio. Apoio Psicológico.



---

## GT 08 – DIREITO PENAL III

### INFANTICÍDIO NO DIREITO PENAL BRASILEIRO: A CULPABILIDADE E O GRAU DE INFLUÊNCIA DO ESTADO PUERPERAL

*Zulmiro Ribeiro Lopes Júnior*  
*Esp. Luiz Gustavo Gasch Harris*

Este trabalho tem por objetivo proceder com a análise do crime de infanticídio, sua inserção no direito penal brasileiro, a culpabilidade da genitora e até que ponto considera-se a influência do estado puerperal. Neste trabalho será efetuada a exploração do delito de natureza privilegiada, além de abordar alguns aspectos importantes da influência do estado puerperal na parturiente. Desta forma, denota-se que a pesquisa apresentada no decorrer deste trabalho coloca em confronto o tratamento jurídico dos delitos de infanticídio e homicídio, fazendo com que se tornasse necessário analisar cada um deles de forma branda, observando o papel e a situação da parturiente em cada caso proposto. Apresentar-se-á, também, casos em que a inimputabilidade deve ser aplicada. Este trabalho também mostrará que o delito privilegiado denominado infanticídio está presente em nossa sociedade, ocorrendo de forma não tão esporádica. Para isso, foi utilizada a metodologia de pesquisa científica com abordagem qualitativa, com objetivo explicativo, pelo procedimento técnico bibliográfico.

**Palavras-chave:** Infanticídio. Culpabilidade. Estado Puerperal.



---

## GT 08 – DIREITO PENAL III

### MENTES CRIMINOSAS: UM ENSAIO SOBRE A PSICOPATIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

*Priscila Lorryne Marchi Dadalto  
Esp. Luiz Gustavo Gasch Harris*

A presente pesquisa tem como objetivo discutir a forma como o direito penal brasileiro, em suas diversas fontes jurídicas, aborda a questão da psicopatia, como ela se apresenta na sociedade e sua característica. É preciso conhecer o sujeito psicopata, como ele se comporta, vive e age, trazendo casos relevantes e de grande repercussão. Por ser um tema que há tempos desafia as ciências criminais e até mesmo a justiça, venho elucidar alguns pontos da psicopatia, onde será realizado estudos aprofundados com objetivo de analisar de que forma a psicopatia se apresenta na sociedade, na psicologia e no direito penal. Será apresentado a forma que os psicopatas são tratados diante da justiça, se há alguma punição ou algum ordenamento jurídico próprio para os crimes cometidos por esses psicopatas. Os psicopatas são predadores sociais que conquistam, manipulam e abrem caminhos na vida cruelmente, deixando por de trás um longo rastro de corações partidos, expectativas frustradas e corpos despedaçados. Sendo assim, indagaremos se há um meio de amenizar ou extinguir esse transtorno de personalidade em casos concretos e se é possível algum tratamento e um diagnóstico precoce. Assim utilizando como metodologia básica a utilização da abordagem qualitativa que serão adotados a pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de livros, artigos, teses, legislação, doutrinas, revisando de forma intensa a literatura existente sobre o assunto em questão.

**Palavras-chave:** Psicopatia. Psicopatia e o Direito Penal. Psicopatia e Sanções no Direito Penal.



---

## GT 09 – DIREITO PROCESSUAL I

### **AUDIÊNCIAS POR VIDEOCONFERÊNCIA NO PRIMEIRO ANO DA PANDEMIA DO SARS-COV II E SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS**

*Keyla Maria Pains de Oliveira  
Dra. Claudirene Andrade Ribeiro*

Desde meados de março de 2020, quando declarado o estado de calamidade pública no Brasil, o poder judiciário instituiu várias medidas a fim de aperfeiçoar a prestação jurisdicional e evitar o colapso no setor, dentre as quais, a ampliação do uso da audiência por videoconferência, que passou a ser utilizada diariamente na rotina forense. A realização das audiências virtuais solucionou o entrave de inúmeros processos paralisados e conferiu celeridade e efetividade jurisdicional, entretanto, diante da complexidade e critérios jurídicos a serem observados, trouxe dúvidas acerca da viabilidade, confiabilidade e eficiência, especialmente quanto à contaminação dos depoimentos das partes e a possível violação à incomunicabilidade das testemunhas. A presente pesquisa traz um breve retrospecto da legislação antecedente às audiências virtuais e investiga **a sua regulamentação durante o primeiro ano da pandemia, com enfoque nas** principais barreiras técnicas e jurídicas enfrentadas pelos operadores do Direito. Para tanto, se utiliza do método dedutivo e da abordagem qualitativa, perseguida por meio do procedimento técnico de pesquisa documental e bibliográfica compreendidas na legislação, arquivos eletrônicos em sítios, livros, tutoriais e artigos científicos. Os resultados da pesquisa demonstram que, quando realizadas de forma mista, com as testemunhas ouvidas sob a vigilância do judiciário, as audiências virtuais se mostram eficazes e seguras. Conclui-se que diante da legislação e das vantagens encontradas, as audiências virtuais se tornaram uma ferramenta fundamental ao deslinde processual e sua utilização vai para além do momento pandêmico.

**Palavras-chaves:** audiências virtuais; pandemia do Covid 19; regulamentação das audiências virtuais.



---

## GT 09 – DIREITO PROCESSUAL I

### O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E SUA PRÁTICA NA COMARCA DE PORTO ESPERIDIÃO-MT

*Keyla Rafaela Ribeiro Miranda Pedrosa  
Me. Jean Dias Ferreira*

Os instrumentos negociais já acompanham o processo civil há tempos, tornando mais célere o procedimento judicial em demandas que podem ser resolvidas em comum acordo entre as partes. Contudo, o processo penal carecia de tal instrumento. A Resolução 181/17 do CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público – trouxe na prática a celebração de acordos extrajudiciais no processo penal, e com o advento da Lei 13.964/2019, o ANPP, agora incorporado ao Código de Processo Penal no seu artigo 28-A, é o instrumento consensual que promete, de forma célere, a satisfazer a pretensão punitiva do Estado nos crimes de médio potencial ofensivo quando caiba o acordo segundo seus requisitos. Portanto, a presente pesquisa busca analisar de maneira geral o ANPP, seu conceito, requisitos e a legislação, comparando assim com a aplicação prática da celebração de acordos na comarca de Porto Esperidião-MT. A metodologia adotada foi a abordagem quantitativa, utilizando-se para alcançar os resultados a pesquisa bibliográfica e o levantamento de dados via questionário fechado com perguntas objetivas e através do portal de transparência do Ministério Público Estadual. O critério adotado para a escolha dos entrevistados se ateu aos beneficiários do Acordo de Não Persecução Penal e de advogados que atuaram na celebração dos acordos a partir da vigência da lei n.13.964/19. O resultado que se obteve evidencia que o Acordo de Não persecução Penal possui todos os requisitos para ser um instrumento eficiente na aplicação da justiça, uma vez que cumpre com os princípios constitucionais de celeridade e economia processual.

**Palavras-chave:** Acordo penal. Lei processual. Pacote anticrime.



---

## GT 10 – DIREITO DO CONSUMIDOR

### PRÁTICAS ABUSIVAS NO COMÉRCIO DE VIDEOJOGOS PARA CONSOLES, COMPUTADORES E APARELHOS CELULARES

*Matheus Antoniassi Ferreira  
Dra. Claudirene Andrade Ribeiro*

O mundo dos videogames é um local em constante crescimento e no qual inúmeros consumidores são lesados, seja por não se atentarem a seus direitos ao comprarem o título desejado, seja pela falta de conhecimento dos seus direitos ou ainda pela falta de regulamentação específica de algumas práticas comuns nesse tipo de comércio eletrônico que oferece um produto e um serviço muito específico: os chamados videogames. Nesse contexto, o artigo objetiva evidenciar algumas práticas realizadas pelo comércio de videogames para consoles, computadores e aparelhos celulares que ferem alguns princípios de proteção ao consumidor. Questiona-se a legalidade de práticas como a divulgação de jogos como gratuitos e, na sequência, a venda de produtos desses jogos que colocam em vantagem aqueles que adquirem determinados produtos, bem como os motivos pelos quais as empresas de jogos não são punidas quando não entregam o produto prometido. Objetivou-se identificar os limites permitidos pela legislação consumerista nacional sobre conteúdos extras em videogames e verificar a aceitabilidade das microtransações de conteúdos em jogos perante o direito do consumidor. Para tanto, valeu-se de pesquisa bibliográfica e qualitativa, aliada ao método dedutivo. Os resultados apontam para a existência de princípios gerais presentes no Código de Defesa do Consumidor, como a princípio da informação, derivado do princípio civil da boa-fé, além de normas específicas na referida lei, que proíbem, por exemplo, a venda casada e a propaganda enganosa. Contudo, verifica-se também a ausência de normas específicas para o comércio de videogames no direito do consumidor brasileiro, o que dificulta a punição das empresas que comercializam tais produtos, razão pela qual, impõe-se aplicar ao setor, os princípios básicos de defesa do consumidor e as normas relativas ao comércio eletrônico em geral. Assim, conclui-se pela necessidade de criação de normas específicas para o setor, a exemplo do que já começa a ser discutido em algumas legislações internacionais, sobretudo no que concerne à proteção dos direitos das crianças que fazem uso das plataformas de jogos eletrônicos. Para tanto, sugere-se o fomento à formação de associações específicas de consumidores de jogos eletrônicos com o objetivo de lutar pela regulamentação específica do tema no país.

**Palavras-chave:** Direito do Consumidor. Jogos Eletrônicos. Práticas Abusivas.



---

## GT 10 – DIREITO DO CONSUMIDOR

### **A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR NO COMÉRCIO ELETRÔNICO: UM ESTUDO DA EFETIVIDADE DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA**

*Eduarda Pardim Lopes  
Me. Everton Leandro da Costa*

O objeto da presente pesquisa corresponde à proteção do consumidor no comércio eletrônico, uma vez que vem crescendo e expandindo no Brasil essa modalidade consumerista. Na tentativa de alcançar este objetivo principal correspondente a Proteção do Consumidor no Comércio Eletrônico, a proposta procurou desenvolver, primeiramente, a origem do consumidor no Brasil, o surgimento histórico aponta que o comércio tinha como prática à intermediação entre o fornecedor e o consumidor, a qual era efetivada através de mecanismo de trocas entre pessoas, culturas ou países existentes, que com Lei n. 8.078/90 passou a ter amparo legal, ainda abordaria a proteção do consumidor no comércio eletrônico que passou a ser regulamentado pelo Decreto-Lei n° 7.962/13. O trabalho tenta responder a questão do impacto do comércio eletrônico para o consumidor, mostrando que o comércio eletrônico é uma extensão do comércio convencional, tratando de um ambiente virtual em que os procedimentos de troca, compra e venda e prestação de serviço decorrem com suporte de equipamentos e programas de informática, por meio dos quais se possibilita realizar a negociação, a conclusão e até a execução do contrato, quando for caso de bens intangíveis. Neste sentido, é de grande valia, a análise desse estudo sobre o tema acima, pois trará clareza e discussões que nos revela a mudança na CDC que trouxe impactos no ordenamento jurídico, dando relevância e ênfase ao tema.

**Palavras-chave:** Consumidor. Comércio Eletrônico. Decreto Lei 7.962/2013. Defesa do Consumidor.



---

## GT 11 – DIREITO AMBIENTAL II E DIREITO AGRÁRIO

### **A GESTÃO AMBIENTAL DAS TERRAS INDÍGENAS E DE SEUS RECURSOS NATURAIS: FUNDAMENTOS JURÍDICOS, LIMITES E DESAFIOS NO ESTADO DE MATO GROSSO**

*Amanda Ardisson Velho  
Ma. Edna Soares da Silva*

O presente artigo busca demonstrar como ocorre a gestão ambiental das terras indígenas e de seus recursos naturais, abordando seus fundamentos jurídicos, limites e desafios no estado de Mato Grosso. Busca, ainda, relatar, com base na legislação e bibliografia referentes ao tema, como o Direito ambiental trata a utilização das terras indígenas e apresenta as atividades de cultivos que são permitidas por lei para produção de alimentos, extração de recursos naturais dentro das terras indígenas. Para isso, faz-se necessário descrever como ocorre a utilização das terras indígenas para a agricultura. Foi utilizado o método indutivo, como já foi demonstrado nos objetivos, por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Por fim, concluímos que a gestão ambiental é realizada sobre um Decreto Federal e precisa de um maior envolvimento e participação dos povos indígenas e representantes de diferentes grupos étnicos e tem sido cada vez mais importante a atuação de organizações governamentais e não governamentais para promover uma maior discussão com os povos indígenas. A intenção é fortalecer a percepção de que além dos aspectos históricos, sociais, econômicos e políticos voltados para as questões ambientais e territoriais dos Povos Indígenas, existem outros fatores fundamentais no país, como educação e saúde, e uma alerta, é necessário realizar reuniões com a comunidade não indígena para que possam pensar de forma diferente sobre as causas dos conflitos associados aos territórios indígenas conforme foram construídos nas últimas décadas sujeito a várias suposições, muitas vezes fictícias e não verdadeiras .

**Palavras-chave:** Política Ambiental, Território Indígenas, Desenvolvimento Sustentável.



---

## GT 11 – DIREITO AMBIENTAL II E DIREITO AGRÁRIO

### ASSOCIAÇÃO LAGOA BONITA: OCUPAÇÃO DE TERRAS DE REGIÃO DE FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA E OS FINANCIAMENTOS

*Ana Maria Souza  
Ma. Edna Soares da Silva*

A distribuição desigual de terras desencadeia uma série de conflitos no meio rural, com isso, os problemas no campo brasileiro se arrastam há centenas de anos. Dessa forma, essa pesquisa teve o objetivo de conhecer uma ocupação de terras, chamada de Associação Lagoa Bonita situada no município de Porto Esperidião, em uma região específica Vila Cardoso, que fica próximo da fronteira. Fazem parte da Associação pessoas que já residem há mais de 20 (vinte) anos nessas terras e que lutam por ela na justiça. Nesse sentido, a metodologia da pesquisa utilizada foi a revisão bibliográfica e o estudo de caso, sendo uma pesquisa qualitativa e o método utilizado foi o indutivo, pois, partiu da experiência da pesquisadora que é membro de família posseira que ajudou a constituir essa comunidade Associação Lagoa Bonita. O levantamento foi realizado através de questionário feito há cinco (5) pessoas ocupantes dessa Associação Lagoa Bonita. Dados da pesquisa revelam que a agricultura familiar dos moradores da Associação contou com a contribuição do financiamento PRONAF que diminuiu a desigualdade no campo e pôs fim, em um latifúndio de grande extensão, que predominava na região na época. E que hoje, tornou-se uma Associação povoada, dotada do princípio da função social da propriedade, que produz o seu sustento e de outras famílias, pois comercializam seus produtos e geram emprego na própria propriedade familiar, o que contribui na redução do êxodo rural.

**Palavras-chave:** Direito a Terra. Ocupações. Fronteira.



---

## GT 11 – DIREITO AMBIENTAL II E DIREITO AGRÁRIO

### **POLÍTICAS PÚBLICAS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS COM APLICABILIDADE NO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA MATO GROSSO E A IMPORTANCIA DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE**

*Leticia Monise Lana Gomes*  
*Ma. Edna Soares da Silva*

O cenário do meio ambiente no mundo anda cada vez mais preocupante por diversos motivos e um deles é a falta de responsabilidade socioambiental de cada um. O Brasil, ao perceber isso, passou a implementar políticas públicas e medidas para a redução da geração de resíduos sólidos. Este trabalho tem por objetivo conhecer um pouco mais acerca das políticas públicas de resíduos sólidos urbanos, então será visto aqui a relação existente entre o meio ambiente e a qualidade de vida sadia e quais as consequência do despejo irregular dos resíduos sólidos. Nesta feita, concomitantemente, deverá ser compreendido neste artigo como se dá sua aplicabilidade no município de Araputanga/MT, enfatizando a importância da participação da sociedade no conhecimento tanto das políticas públicas de resíduos sólidos urbanos quanto das responsabilidades dos munícipes quanto à coleta seletiva. Sendo assim, neste trabalho foi procurado trazer informações importantes sobre a temática desenvolvida, tais como o contexto histórico da legislação ambiental em nosso país e de que forma ela contribuiu para que, hoje, tenhamos uma legislação rígida na seara ambiental, enfatizando a relevância da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 para tanto; um pouco da história do município de Araputanga, Mato Grosso; a questão do Consórcio Intermunicipal, responsável por reger administrativamente a coleta e tratamento dos resíduos sólidos, bem como explanar com clareza acerca das Políticas Estadual e Nacional de Resíduos Sólidos. Para isso, a metodologia utilizada foi a de abordagem qualitativa, de objetivo explicativo e pelo procedimento técnico bibliográfico. Quanto ao método de análise utilizado foi o hermenêutico jurídico.

**Palavras-chave:** 1. Políticas Públicas. 2. Resíduos Sólidos Urbanos. 3. Responsabilidade Socioambiental.



---

## GT 11 – DIREITO AMBIENTAL II E DIREITO AGRÁRIO

### **A FUNÇÃO SOCIAL DO IMÓVEL RURAL DIANTE DA FORMA AGRÁRIA, UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLANTADAS NO ESTADO DE MATO GROSSO**

*Thalison José Gomes Moreira  
Ma. Edna Soares da Silva*

O presente artigo traz uma análise constitucional da função social do imóvel rural. A função social da propriedade rural está disciplinada no artigo 186 da Constituição Federal de 1988, onde o aproveitamento significativo e adequado do imóvel rural onde é considerado como elemento necessário à observância da função social que lhe deve ser inerente. O artigo possui características de natureza qualitativa com informações com base em análise documental. O objetivo do estudo é analisar o instituto da propriedade rural sob o aspecto constitucional e sua função social, demonstrando a importância da propriedade produtiva. Chegando à conclusão que a reforma agrária é excelente para o desenvolvimento social e econômico do estado, com a distribuição das terras em função de reforma agrária visando o desenvolvimento e produtividade da região do qual houve tal ação. Reforma agrária é a reorganização da estrutura fundiária que tem por objetivo promover e proporcionar a redistribuição das propriedades rurais, que nada mais é que a distribuição de terras para a realização de sua função social, A Política de Reforma Agrária é o conjunto de medidas conduzidas pelo Poder Público a fim de promover a distribuição de terras entre trabalhadores rurais, atendendo aos princípios de justiça social e aumento da produtividade, conforme disposto na Lei nº 4.504/64 (Estatuto da Terra).

**Palavras-chave:** Imóvel Rural. Reforma Agrária. Política Pública.



---

## GT 12 – DIREITO CONSTITUCIONAL II E DIREITO ELEITORAL

### **FAKE NEWS vs LIBERDADE DE EXPRESSÃO: DESAFIOS PARA A JUSTIÇA ELEITORAL**

*Wellington de Assis Machado*  
*Me. André Luís Picoli Herrera*

As fakes news há tempos vivendo uma crescente evolução, buscando objetivos para desinformar a sociedade com notícias distorcidas e as vezes inexistentes. Já a liberdade de expressão está sendo colocada em dúvida, pelos motivos em que os leitores por variadas vezes não sabem a diferenciação entre as fakes news e a liberdade de expressão. Ocasionalmente assim um debate entre ideias e informações. O presente trabalho utiliza-se como metodologia a pesquisa qualitativa através de estudos bibliográficos. O trabalho tem como objetivo analisar o debate ocorrido entre a justiça eleitoral diante da fake news e a liberdade de expressão. Conclui-se que devemos entender a diferenciação entre elas, e como lidar com os fatos ocorridos e assim saber combater essa desinformação.

**Palavras-chave:** Fake News. Direito à informação. Liberdade de expressão. Direitos fundamentais.



---

## GT 12 – DIREITO CONSTITUCIONAL II E DIREITO ELEITORAL

### JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA E ATIVISMO JUDICIAL NO BRASIL: FIM DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO?

*Rodrigo Souza Oliveira*  
*Ma. Luciene Francisca de Souza Jesus*

Ao longo dos últimos anos, os temas sobre a judicialização da política e do ativismo judicial ganharam enorme destaque no cenário jurídico brasileiro. Dessa forma, este artigo científico possui por objetivo apresentar aos leitores reflexões acerca dos fenômenos supracitados, buscando elucidar seus mecanismos de atuação, legitimidade constitucional e seus impactos impostos no âmbito da estrutura do Estado Democrático de Direito brasileiro. Cabe salientar que tais fenômenos judiciais têm elevado o *status* do Poder Judiciário ao ápice da pirâmide constitucional, proporcionando grande debate e gerando enormes controvérsias nos diversos setores que compõem a sociedade brasileira, já que demonstram posições bastante divididas entre serem benéficos ou maléficos ao arranjo constitucional do Estado Democrático de Direito. A metodologia utilizada na pesquisa foi qualitativa, tendo como objeto de pesquisa a forma exploratória, embasando-se através do método dedutivo e possuindo como base técnica uma pesquisa bibliográfica. Verificou-se que o fortalecimento e protagonismo do Poder Judiciário teve seu marco inicial a partir da Constituição Federal de 1988 no Brasil, desencadeando um prestígio inigualável aos Tribunais e à Suprema Corte Constitucional, que desencadeou uma crise representativa, oriunda da ineficiência de atuação dos Poderes Legislativo e Executivo em suprir determinadas demandas sociais garantidas constitucionalmente.

**Palavras-chave:** Judicialização da política. Ativismo judicial. Estado Democrático de Direito.



---

## GT 13 – DIREITO CONSTITUCIONAL II E DIREITO DIGITAL

### ISONOMIA DO PODER EXECUTIVO DURANTE A PANDEMIA COVID19

*Rodrigo Adriani dos Santos*  
*Ma. Edna Soares da Silva*

Em 11 de março, a Organização Mundial da Saúde anunciou que o COVID-19 era uma pandemia mundial devido à sua rápida disseminação na Europa. Atualmente, enfrenta-se a crise uma das piores crises de saúde pública da história. Diante de tal impasse e das constantes pressões o Supremo Tribunal Federal (STF) enfrentou a matéria enquanto uma questão de interesse público. Diante disso, essa pesquisa qualitativa que possui o procedimento bibliográfica e documental onde se usou o método indutivo, desenvolvido através deste trabalho tem como problemática verificar qual o posicionamento do STF sobre a obrigatoriedade da lockdown contra COVID-19. Para tanto, parte-se do pressuposto que aqueles que defendem a obrigatoriedade da medida a partir do argumento de uma questão de saúde pública.

**Palavras-chave:** Garantia à saúde. Judicialização. Vacinação. Covid-19.



---

## GT 13 – DIREITO CONSTITUCIONAL II E DIREITO DIGITAL

### **A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL: A RESPONSABILIDADE TRIPARTITE NA AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS MEDICAMENTOS AOS USUÁRIOS DO SUS**

*João Paulo Filho  
Me. Jean Dias Ferreira*

O crescente aumento de ações judiciais para obtenção de medicamentos vem preocupando de gestores do SUS, classe médica e o próprio judiciário, pois a cada ano esse tipo de ação toma maior proporção, com base no direito constitucional de que saúde é um direito de todos e dever do Estado, as ações eram em sua grande maioria decididas em favor do paciente desconsiderando dados técnicos quanto a necessidade, eficácia e outros parâmetros protocolados no SUS. Essas ações causam grande impacto financeiro em todo o sistema, mas principalmente em municípios pequenos como é o caso de Reserva do Cabaçal, colocando em risco a própria sobrevivência do SUS, já que o alto custo de alguns desses medicamentos pode inviabilizar o tratamento do restante da população. Na esfera tripartite de responsabilidade, cada ente federado tem suas responsabilidades nesse processo de atendimento à população, é importante destacar que quando um desses entes é acionado judicialmente para comprar um medicamento que está fora do protocolo, o juiz nem sempre aciona o responsável legal, recaindo em sua maioria sobre os municípios que é o de menor orçamento entre eles. O judiciário vem cada vez mais entendendo que não pode ser a porta de entrada para resolução desses conflitos, e só devem intervir depois de esgotadas as vias administrativas e de dar ao poder executivo o tempo necessário para se explicar a respeito da negativa, neste sentido é de suma importância conhecer não só os entes federados responsáveis pela aquisição e distribuição dos medicamentos como também, quem tem sido responsabilizado pela justiça nos casos de condenação processual, é a pretensão do artigo, usando de pesquisa quantitativa e qualitativa nos diversos materiais de controle de medicamentos no município de Reserva do Cabaçal.

**Palavras-chave:** Políticas públicas de saúde. Judicialização. Responsabilidades dos entes federados.



---

## GT 13 – DIREITO CONSTITUCIONAL II E DIREITO DIGITAL

### **DIREITO E O ESPORTE ELETRÔNICO: ANÁLISE JURÍDICA DO DIREITO DE IMAGEM DE ATLETAS PROFISSIONAIS EM JOGOS ELETRÔNICOS**

*Erik Ferreira Mamedes  
Me. Jean Dias Ferreira*

O presente artigo tem como escopo tratar acerca das problemáticas que envolvem a utilização da imagem de atletas profissionais de futebol em jogos eletrônicos. Com a evolução inegável da tecnologia, o esporte mais tradicional do nosso país, o Futebol, deixou de ser apenas praticado em sua forma real e física, tornando-se também um dos jogos de esporte eletrônico mais jogados através dos consoles, alcançando um grande número de crianças, jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de praticar, por diversas razões, o futebol real ou que possuem interesse em um simples entretenimento, quanto aos procedimentos metodológicos, adotou-se a pesquisa qualitativa, com caráter exploratória, com procedimentos técnicos que serão adotados será a pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de livros, artigos, teses, legislação, doutrinas, revisando de forma intensa a literatura existente sobre o assunto em questão.

**Palavras-chave:** Imagem em games; Direito de Imagem, Direito da Personalidade.



---

## GT 14 – DIREITO PENAL IV

### ENCARCERAMENTO FEMININO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO INSTRUMENTO DE RESSOCIALIZAÇÃO

*Bruna Tamires Reis da Costa*  
*Me. Jean Dias Ferreira*

O cárcere feminino no contexto contemporâneo é uma problemática comum em nossa sociedade, e com isso surge também a falta de interesse por meio das autoridades competentes para investir em programas sociais que proporcionem cursos capacitantes com o intuito de trazer novamente a dignidade da ex detenta que retornará ao âmbito social em busca de uma nova oportunidade de recomeço. Mas para que isso aconteça precisaremos da participação ativa do Estado para investir em mudanças tanto no quesito de infraestrutura de nossos presídios para melhor atender as necessidades de subsistir nesse lugar e atendimento a gestante algo que tem sido bastante precário e as vezes desumano. E ressaltando também a intensificação em políticas públicas que façam elas terem outra visão daquele mundo obscuro que elas habitam almejando um futuro melhor em todos os aspectos de sua vida. Sendo adotada a metodologia qualitativa, ao qual possui um caráter exploratório que envolve aquele universo a ser estudado na busca pela compreensão dos fatos ali citados.

**Palavras-chave:** Encarceramento Feminino. Direito Penal. Reintegração.



---

## GT 14 – DIREITO PENAL IV

### **ESTUPRO VIRTUAL E A NECESSIDADE DE QUALIFICADORA DENTRO DO ARTIGO 213 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO.**

*Érica Aparecida Vasconcelos de Matos  
Me. Jean Dias Ferreira*

O presente trabalho buscou elucidar o tipo penal do estupro virtual, sendo entendido como o que ocorre através da internet, se caracterizando pelo não contato físico entre os sujeitos. Para tanto, estudou-se o tipo penal do estupro e as características do meio virtual, demonstrando as consequências e reflexos trazidos através deste meio. O procedimento metodológico adotado foi a pesquisa bibliográfica elaborada através dos estudos de obras doutrinárias acerca do assunto e legislação nacional. Os crimes cibernéticos estão em constante crescimento, todavia, é cristalina a falta de conhecimento do legislador e polícia acerca desses assuntos, demonstrando a preocupação em que a sociedade se encontra, sendo cada vez mais necessária uma legislação específica tipificando os crimes cibernéticos de modo geral.

**Palavras-Chave:** Estupro, virtual, internet.



---

## GT 14 – DIREITO PENAL IV

### **VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA INTERNET: ENFRENTAMENTOS À TEORIA DA COMUNICAÇÃO CONTEMPORÂNEA NO MOVIMENTO FEMININISTA CIBERNÉTICO**

*Larisse Amorim Marques  
Me. Jefferson Antonione Rodrigues*

O referido artigo tem o principal propósito de pesquisar através de estudos bibliográficos, a evolução dos crimes cibernéticos, no qual afetam diversas vítimas todos os dias ao longo de seu surgimento. Este tipo de crime se tornou rotineiro devido ao avanço da tecnologia onde deixou a internet uma ferramenta mais acessível a qualquer pessoa. Diante do tema do abordado buscamos esmiuçar o Direito Digital, fazendo uma análise minuciosa dos crimes virtuais mais frequentes no Brasil e o desenvolvimento da lei relacionada a crimes praticados contra a mulher. Para um melhor desenvolvimento da pesquisa sugere o método qualitativo de abordagem. O objetivo é conhecer e compreender a evolução dos crimes cibernéticos, bem como quais são as políticas de enfrentamento desenvolvido pelas entidades nacionais e internacionais para combater esse crime, ponto principal desse trabalho fazer junção do crime cibernético e a violência contra mulher. Os modelos técnicos adotados na pesquisa bibliográfica partiram de livros, teses, artigos, legislações e doutrinas, fundamentação formalizada mediante estudos de casos já em andamento em outros Estados, e a metodologia dedutiva.

**Palavras-chave:** Internet. Violência contra mulher. Movimento feminista.



---

## GT 15 – DIREITO TRIBUTÁRIO

### PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO PARA PRODUTOR RURAL: CARGA TRIBUTÁRIA PARA PESSOA JURÍDICA X PESSOA FÍSICA

*Camilla Oliveira Rios  
Me. Jean Dias Ferreira*

A ascendência da carga tributária tem atingido o país inteiro, e tem refletido nos mais diversos segmentos. Isso faz com que seja necessário desembolsar cada vez mais recursos para o pagamento de tributos, tanto federais como estaduais e municipais. A tributação concebe o enfoque da atividade estatal dirigida, essencialmente ao arrecadamento de valores cogentes para a concretização dos fins estatais. A forma legal é denominada de elisão fiscal ou economia legal (planejamento tributário) e a forma ilegal denominada de sonegação fiscal. O planejamento tributário trata-se de um conjunto de sistemas legais que propendem atenuar o pagamento de tributos. O produtor rural tem o direito de estruturar o seu negócio da forma que melhor lhe semelhe, buscando a redução dos custos de seu empreendimento, até mesmo dos impostos. Se a maneira estabelecida é jurídica e lícita, a fazenda pública precisa respeitá-la. O presente trabalho utiliza como metodologia a pesquisa qualitativa através de um estudo bibliográfico. O presente trabalho tem como objetivo geral analisar o planejamento tributário para produtor rural: carga tributária para pessoa jurídica x pessoa física. Conclui-se que é importante entender quem são as figuras do sujeito passivo e ativo para o planejamento tributário para os produtores rurais, pois é através deles que surgem as obrigações e consequentemente o crédito tributário.

**Palavras-chave:** Agronegócio. Planejamento Tributário. Produtor Rural. Tributação



---

## GT 16 – DIREITO PENAL V

### UMA ABORDAGEM JURÍDICA SOBRE OS CRIMES CIBERNÉTICOS

*Andreia Fernanda Lemes Rojas*  
*Ma. Luciene Francisca de Souza Jesus*

Este artigo surge com o intuito de fazer uma abordagem jurídica sobre os crimes cibernéticos mais recorrentes na internet. A sociedade passou por uma transformação tecnológica intensa, em que o fenômeno internet é considerado um dos maiores meios de informação do século XXI. Devido ao uso crescente dela em nosso cotidiano, surgiu por parte dos legisladores a necessidade de um olhar sobre a segurança da rede, dar uma nova roupagem as leis já existentes, bem como criar legislações específicas, com o fito de tutelar e proporcionar maior segurança aos internautas, coibindo a ação vertiginosa cometida pelos cibercriminosos. De igual modo, o presente estudo busca analisar e discorrer sobre o desenvolvimento dos crimes cibernéticos, onde se possa mencionar possíveis lesões que estes delitos causam à sociedade, e ainda qual resposta normativo-jurídica oferecida para a proteção dos Estados e aos cidadãos. Para abordar tais observações, no campo metodológico, foi utilizada a abordagem qualitativa, que é um tipo de investigação que tem por finalidade compreender os fenômenos em seu caráter subjetivo, bem como, foi empregado para o objetivo da pesquisa a técnica exploratória, o qual visa maior familiaridade com o objeto que está sendo analisado. Quanto ao método, foi usado o dedutivo, o qual se baseia em analisar determinada situação e, em seguida, estruturar os fatos e argumentos a fim de concluir uma verdade. Ao mais, o procedimento técnico valeu-se da pesquisa bibliográfica, que consiste na etapa inicial de todo o trabalho científico ou acadêmico, com o objetivo de reunir as informações e dados que servirão de base para a construção da investigação do tema selecionado.

**Palavras-chave:** Abordagem jurídica. Crimes cibernéticos.



---

## GT 16 – DIREITO PENAL V

### UM ESTUDO SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER DURANTE A PANDEMIA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE/MT

*Débora Gonçalves Castilho Rossin  
Ma. Luciene Francisca de Souza Jesus*

O presente artigo tem como escopo o estudo da violência doméstica contra a mulher durante a pandemia Covid-19 no município de Mirassol D'Oeste/MT, e possui o objetivo, averiguar como a vida das mulheres que se tornaram vítimas de violência doméstica durante a pandemia sofreu impactos diante das medidas adotadas pelo município para conter a Covid-19, bem como, averiguar se existem políticas públicas de auxílio a estas vítimas. A metodologia utilizada no presente artigo é a pesquisa bibliográfica elaborada a partir de material já publicado (livros, artigos, teses, etc.), bem como o instrumento de coleta de dados foi o questionário de perguntas e respostas, que não foi respondido pelas autoridades procuradas, deste modo, a pesquisa não obteve resultado.

**Palavras-chave:** Violência Doméstica Contra a Mulher. Pandemia Covid-19. Município Mirassol D'Oeste.



---

## GT 16 – DIREITO PENAL V

### **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID 19 NO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA**

*Ellen Caroline Silvério da Silva  
Ma. Luciene Francisca de Souza Jesus*

O presente trabalho de conclusão de curso apresentou informações em relação à violência doméstica contra a mulher e analisou se de fato essa violência específica foi alvo de significativo aumento durante o período da pandemia da COVID-19, uma vez que as vítimas não tiveram outra opção que não fosse o isolamento com seus possíveis agressores. O objetivo deste trabalho foi alertar e encorajar possíveis mulheres, familiares ou amigos, a denunciarem agressores a fim de conter essa modalidade de violência injusta e horrenda que assola tantos lares. O objetivo foi atingido através do levantamento de dados estatísticos sobre a violência doméstica contra a mulher antes e durante a pandemia, os motivos que podem ter aumentado os casos e por fim se houve o aumento no Município de Araputanga-Mt. A metodologia utilizada foi uma pesquisa exploratória, proporcionou maior familiaridade com o problema, numa abordagem quali-quantitativa. Contou ainda com uma pesquisa de campo para auxiliar no conteúdo trabalhado, sendo assim, foram feitas duas entrevistas com representantes do Ministério Público Estadual, na pessoa do Promotor de Justiça, bem como com representante da Polícia Civil, na pessoa do Delegado de Polícia. Estes apresentaram informações que responderam o objeto da pesquisa, ou seja, o aumento da violência doméstica contra a mulher especificamente no município de Araputanga.

**Palavras-chave:** Violência doméstica contra a mulher. Pandemia COVID 19. Município de Araputanga.



---

## GT 16 – DIREITO PENAL V

### FEMINICÍDIO NO BRASIL: UMA REFLEXÃO ACERCA DO LEGADO PATRIARCAL

*Keyla de Paula Vieira*  
*Ma. Luciene Francisca de Souza Jesus*

O presente artigo analisa a cultura patriarcal como elemento fundante nos casos de feminicídio no Brasil, sendo ele uma construção social interventora dos papéis de gênero, acarretando desigualdade, preconceito e violência. Tratando do sistema patriarcal é necessário vislumbrar o poder admitido ao homem, e a inferioridade imposta à mulher. Evidencia-se ainda brevemente sobre o comportamento do agressor conforme o que determina o patriarcado, estabelecendo uma relação de dominação e exploração. Além disso, ressalta-se em relação à aplicabilidade da lei e conflitos relacionados à introdução da qualificadora do feminicídio no sistema jurídico-penal brasileiro, realizando uma análise acerca do poder punitivo do Estado frente à repressão contra a violência. Para tal, a pesquisa foi realizada com o intuito de refletir e questionar acerca das raízes do patriarcado, relacionando-o com as várias formas de violência cometidas contra as mulheres, tendo o femicídio como a última forma de violência. O artigo foi produzido a partir da pesquisa bibliográfica, respaldada em livros, artigos periódicos e dissertações. Quanto ao método de abordagem, deriva do método dedutivo considerando que este método tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas.

**Palavras-chave:** Patriarcado. Mulher. Feminicídio.



---

## GT 17 – DIREITO PREVIDENCIÁRIO

### O CONTEXTO HISTÓRICO DA PREVIDÊNCIA RURAL NO BRASIL

*Paulo Alberto Valle Da Silva*  
*Me. André Luís Picoli Herrera*

O termo previdência é atrelado a uma reserva financeira feita no tempo presente em decorrência de uma preocupação com o futuro. Seu principal objetivo é o direcionamento de uma quantidade de dinheiro ao momento em que houver uma redução da capacidade de trabalhar do indivíduo, para que este possa manter sua subsistência. Lançando enfoque ao âmbito rural, temos uma categoria que se destaca no quesito seguridade: os segurados especiais. Tal conceito é atrelado a uma proteção dada ao produtor familiar, uma vez que este enfrenta inúmeros desafios relacionados a fatores climáticos, incertezas nas lavouras e até mesmo ao êxodo rural por parte dos genitores. Assim sendo, o presente trabalho teve como objetivo realizar uma abordagem histórica acerca da origem do direito previdenciário e sua aplicabilidade no Brasil, bem como elucidar o termo segurado especial, trazendo à luz argumentações que fazem justiça aos seus privilégios legislativos. Para isso, foi realizada uma abordagem qualitativa, dedutiva e bibliográfica. Finalmente, foi possível observar que, além de desempenhar uma função desgastante e instável, bem como ter problemáticas em relação a continuidade do trabalho dentro de suas propriedades, o trabalhador rural é responsável por prover muitos dos produtos básicos utilizados pela sociedade como um todo, o que acaba por atribuir ainda mais sentido à sua proteção legal.

**Palavras-chave:** Aposentadoria. Produtor familiar. Seguridade social.



---

## GT 17 – DIREITO PREVIDENCIÁRIO

### UMA ANÁLISE SOBRE AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS SEGURADOS DO RGPS PARA ACESSAREM A APOSENTADORIA HÍBRIDA

*Amanda Ribeiro dos Santos*  
*Ma. Luciene Francisca de Souza Jesus*

O tema em questão tratou-se de uma análise sobre as dificuldades enfrentadas pelos segurados do RGPS para acessarem a aposentadoria híbrida. Ademais, foi possível perceber que os trabalhadores rurais que se deslocaram os grandes centros foram contemplados por essa aposentadoria, por meio das alterações da Lei 11.712/08, que posteriormente deu nova redação ao artigo 48 da Lei 8.213/91, acrescentando os §§ 3º e 4º, restando autorizado a conciliação da atividade rural e atividade urbana. A metodologia utilizada é a quantitativa, na qual se caracteriza pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas. O procedimento técnico usado foi a pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de livros, artigos, teses, legislação, doutrinas, revisando de forma intensa a literatura existente sobre o assunto em questão. Por fim, o método escolhido foi o dedutivo, que tem como objetivo explicar o conteúdo das premissas.

**Palavras-chave:** Segurados RGPS. Aposentadoria Híbrida.



---

## GT 18 – DIREITO SISTÊMICO

### **DIREITO SISTÊMICO: A APLICAÇÃO DAS LEIS SISTÊMICAS DE BERT HELLINGER NO DIREITO BRASILEIRO**

*Anielle Roberta Sousa Delmondes  
Ma. Edna Soares da Silva*

O tema em questão, trata-se da utilização das Leis Sistêmicas de Bert Hellinger, método psicoterapêutico utilizado para estudar padrões de comportamentos de pessoas através de suas gerações, para melhor entender seus comportamentos reiterados. Sabemos que dentro do Direito há muitas causas mal resolvidas, e a utilização da Constelação Familiar e o Direito Sistêmico nas audiências podem ser de grande valia dentro do Poder Judiciário pelos operadores de Direito nas resoluções de conflitos. O objetivo principal é conhecer como ocorre a aplicação das leis sistêmicas de Bert Hellinger no âmbito do Poder Judiciário, como possibilidade (ou não) de resposta à conflituosidade familiar/social. Já a metodologia utilizada é a qualitativa. Os procedimentos técnicos usados foram a pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de livros, artigos, teses, legislação, doutrinas, revisando de forma intensa a literatura existente sobre o assunto em questão; a pesquisa fenomenológica: descreve e interpreta o fenômeno. Por fim, o método escolhido foi o dedutivo, pois o raciocínio dedutivo tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas.

**Palavras-chave:** Direito Sistêmico. Leis Sistêmicas De Bert Hellinger. Judiciário



---

## GT 18 – DIREITO SISTÊMICO

### A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NEGRA: UMA EXPERIÊNCIA NO JUDICIÁRIO SOB A ÓTICA SISTÊMICA

*Isadora de Oliveira Caetano  
Me. Jefferson Antonione Rodrigues*

Apesar de estar presente em todas os períodos da história do Brasil, tão somente agora violência contra mulher tornou-se um problema central para a humanidade, discutido e analisada por várias áreas do conhecimento. No século XIX, com a constitucionalização dos direitos humanos, o tema da violência passou a ser estudado com maior acuidade e apontado por vários setores representativos da sociedade como um grande desafio a ser enfrentado pela sociedade contemporânea. Os índices alarmantes de violência contra as mulheres brasileiras e a incidência de feminicídios no Brasil dão indícios de que a violência de gênero é uma prática arraigada à cultura brasileira, configurando importante campo de pesquisa jurídica. A preocupação com a violência se coloca nos dias atuais como uma questão central para muitas sociedades. Inúmeras causas são apontadas como propiciadoras do seu aumento, e a delimitação as vítimas negras é um considerável exemplo frente ao atendimento baseados na ordem superior das relações humanas segundo a ciência das constelações sistêmicas, proporcionando junto ao histórico solucionar pela justiça restaurativa a complexidade desses conflitos. Conclui-se que que no país, o quadro que mais impressiona e causa inquietação é o do feminicídio realizado por parceiro íntimo, em circunstâncias de violência doméstica e familiar, e que normalmente é semelhante com outras formas de violência e, desta forma, poderia ser evitado. O tipo de pesquisa será descritivo numa abordagem qualitativa, bibliográfica, bem como através da análise dedutiva concordando conhecer o tema através de suas premissas.

**Palavras-chave:** Lei Maria da Penha. Justiça Restaurativa. Gênero e Raça.



---

## GT 19 – DIREITO E MÚSICA

### A MÚSICA POPULAR BRASILEIRA COMO RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR E A CONQUISTA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988

*Maria Clara Lara Franco Veríssimo Silva*  
*Ma. Joana D’Arc Xavier Silva*

O presente artigo científico retrata o percurso das músicas de protesto no decorrer da ditadura militar, objetivando retratar a maneira como artistas da época driblavam a censura e usavam de Linguagem Figurada para poderem divulgá-las, percorrendo a esfera dos traumas e o silenciamento do sistema, até a conquista da Constituição Federal do Brasil de 1988. Em 1964 o poder foi tomado pelos militares, a censura e a violência prevaleceram sobre a Nação, tornando instrumentos de repressão. O contexto político, social, cultural dificultou para publicações e divulgações de composições que narravam o verdadeiro desfecho tirano. Deste modo, adotou-se o simbolismo como técnica de camuflagem frente a órgãos de fiscalização. A MPB - Música Popular Brasileira surge como expressão de manifestação, resistência e resposta ao sistema ditatorial e opressor, cantando músicas que iam além de módicas mensagens, mas divulgavam ao mundo e principalmente à brasileiros a importância em resistir e lutar por uma nova realidade, em um contexto de intimidações, traumas, violência, silenciamento, a música torna espaço de resistência. Após protestos e manifestações, promulgou-se em 1988 a tão sonhada Constituição Federal, expressão de árduas lutas em busca da redemocratização, esta, estabelece amplo rol de direitos, que à privilegiou com o codinome de Constituição Cidadã. Adotou-se para tanto a abordagem qualitativa e o método fenomenológico através de estudos por artigos científicos, legislação e doutrinas que embasaram a presente tese. Objetivando explicar o desfecho ditatorial, bem como a importância da MPB como voz a censura e a conquista democrática advinda da lei maior.

**Palavras-chave:** Música. Ditadura Militar. Constituição Federal.



---

## GT 19 – DIREITO E MÚSICA

### DE TEREZA DE BENGUELA À CABOCLA TEREZA: PERSPECTIVAS JURÍDICAS DA GARANTIA DE DIREITOS ÀS MULHERES NA HISTÓRIA E NA MÚSICA

*Valéria Aparecida Quirino dos Santos  
Ma. Joana D’Arc Xavier Silva*

A história da mulher na sociedade brasileira sempre esteve atribuída a características de inferioridade e submissão em relação aos homens, principalmente sob um aparato religioso. Ademais, a ausência de direitos também era evidente desde o período colonial. As garotas eram preparadas para serem esposas, tendo seu papel social resumido a servir o marido e manter a harmonia do lar. Não bastasse o fato dessas características de privação serem evidenciadas nas relações diretas homem-mulher, a partir das primeiras expressões musicais, passou-se a descrever o ideal feminino pela visão masculina, bem como sua objetificação e menosprezo. Neste trabalho, o objetivo será apresentar aspectos históricos da luta das mulheres durante sua busca por igualdade, compreendendo o processo evolutivo dos direitos humanos até a Lei Maria da Penha, utilizando a abordagem qualitativa e o método de pesquisa bibliográfico. Frente a toda desigualdade observada no decorrer dos tempos, vozes de resistência ecoavam em sinal de inconformismo e de luta que atravessaram gerações, auxiliando na conquista de maior espaço na sociedade para discussões acerca das reivindicações do movimento feminista. A maior vitória, sem dúvidas, refere-se à promulgação da Lei Maria da Penha, que tipificou a violência sofrida por mulheres nesse âmbito de preconceito. Contudo, inegavelmente, a realidade contemporânea ainda demanda ações que prezem um maior respeito à imagem feminina, tanto no contexto artístico, como político, uma vez que aspectos como o da música ainda apresentam uma referência, por vezes, objetificadora às mulheres, e a legislação ainda necessita de aparatos que possibilitem sua plena implementação no país.

**Palavras-chave:** Resistência. Direito e Música. Lei Maria da Penha.



---

## GT 20 – DIREITO DE FAMÍLIA I E DIREITO NOTARIAL

### UM ESTUDO SOBRE A USUCAPIÃO CONJUGAL NO DIREITO BRASILEIRO

*Karla Sarti Miranda Davantel*

*Me. Everton Leandro da Costa*

O presente artigo vem demonstrar o quão é importante a questão da usucapião familiar no campo da ordem social e os problemas decorrentes nos casos concretos. O código Civil trouxe a novidade que é o artigo 1.240-A, trazendo mais uma modalidade de usucapião. Foi a partir da Medida Provisória nº 514/2010, a qual foi convertida na lei 12.424/2011, que regulamentou o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e trouxe para o ordenamento jurídico o instituto da Usucapião Familiar, que tem reflexos no Direito das coisas e principalmente no Direito de Família. O legislador foi falho com a criação da lei, deixando lacunas e dúvidas não somente pelo prazo de 02 anos como também se houve culpa ou não do cônjuge, que foi excluída do ordenamento jurídico com a emenda 66/2010. A norma vem com o intuito de beneficiar os cônjuges abandonados, mas se revela um tanto insuficiente na sua aplicabilidade, pois deixou de ser tão detalhada, deixando de serem inseridos em seu corpo os imóveis rurais, favorecendo somente os imóveis urbanos de até 250m<sup>2</sup>. Outra situação que poderia ser discutida é que existem os imóveis de propriedade de pessoas de baixa renda, com metragem superior a 250m<sup>2</sup>. Os procedimentos técnicos adotados é o de pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de materiais já publicados como livros, artigos, teses, legislação e doutrinas.

**Palavras-chave:** Abandono do lar. Propriedade. Usucapião Familiar.



---

## GT 20 – DIREITO DE FAMÍLIA I E DIREITO NOTARIAL

### A EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ALIMENTARES EM ÉPOCA DE PANDEMIA

*Sarah dos Santos Chagas  
Me. Everton Leandro da Costa*

O presente artigo tem como objetivo mostrar como a pandemia afetou a área do Direito de Família, mais especificamente em relação à execução da pensão alimentícia. O dever de prestar alimentos surge a partir de um acordo extrajudicial ou judicial que as partes compactuaram, bem como de uma sentença condenatória. Diante da inércia do executado em pagar a pensão, pode o responsável legal do menor, se preencher os requisitos, pleitear a prisão civil por débito alimentar. Só que no final do ano de 2019, uma pandemia mundial surgiu através do vírus da covid-19, dificultando a apreensão do executado na cadeia, visto que trata-se de lugar com aglomeração de pessoas, coisa que tem que evitar em época pandêmica. Com isso, os tribunais superiores tem decido pela prisão domiciliar. Se o mesmo não cumprir com a obrigação, o Estado, a requerimento da parte interessada, vai determinar o pagamento forçado através de sistemas disponíveis para tal. E para o desenvolvimento do trabalho o método utilizado foi o qualitativo, quanto aos objetivos será o exploratório e descritivo. No tocante aos procedimentos técnicos serão adotados a pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de artigos, legislação, doutrinas e jurisprudências.

**Palavras-chave:** Pandemia. Direito de Família. Alimentos.



---

## GT 20 – DIREITO DE FAMÍLIA I E DIREITO NOTARIAL

### UMA ANÁLISE SOBRE ALIENAÇÃO PARENTAL EM TEMPO DE PANDEMIA

*Tainá Oliveira da Silva*  
*Me. Everton Leandro da Costa*

O presente estudo tem como objetivo discorrer sobre os efeitos decorrentes da Síndrome de alienação parental bem como sobre as consequências para a relação afetiva entre a criança e o alienado, e os aspectos jurídicos do problema no período da pandemia (COVID-19), através de uma análise qualitativa bibliográfica e documental. No atual contexto da sociedade os casos de conflitos associados à guarda dos filhos é um tema de grande relevância frente ao processo de divórcio. Assim, tem-se as manifestações dos processos de alienação parental, a qual é uma situação em que um dos pais usa estratégias, denominadas de alienação ou programação, para distanciar o filho do outro pai. Com isso, ocorre a chamada Síndrome de Alienação Parental, a qual consiste na identificação dos problemas comportamentais, desordem psicológica e emocional que surge na criança que passa por tal processo. Ante as consequências decorrentes da alienação parental destaca-se a adoção da guarda compartilhada, na qual ambos os pais dividem tanto a custódia física quanto a legal. Assim, a guarda compartilhada visa atenuar os efeitos da dissolução conjugal, tanto para os pais como para os filhos, buscando assim atuar como um mecanismo de coibição ao ato de alienação parental durante o isolamento social.

**Palavras-chave:** Alienação Parental. Isolamento Social. Criança. Adolescente. Guarda Compartilhada.



---

## GT 21 – DIREITO DE FAMÍLIA II E DIREITO DAS COISAS

### **A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE ATRAVÉS DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA NO CONJUNTO HABITACIONAL EDELMINA QUERUBIN MARCHETTI DA CIDADE DE PORTO ESPERIDIÃO-MT.**

*Joyce dos Reis Assunção  
Me. André Luís Picoli Herrera*

O presente artigo reporta sobre a função social da propriedade através da regularização fundiária urbana, apresentando um breve contexto histórico, definição e função social de propriedade, previsão legal e natureza jurídica. O objetivo da pesquisa foi compreender a função social da propriedade, dentro do aspecto da Regularização fundiária urbana, juntamente analisar a atuação da administração pública, quanto ao andamento do processo de regularização, a fim de observar o cumprimento da função social, bem como, mostrar a importância do processo de regularização fundiária do conjunto habitacional Edelmina Querubin Marchetti. A propriedade acentuou seu caráter social, e através da regularização de imóveis irregulares, pode se alcançar o direito real da propriedade e assim o direito fundamental à moradia, que por consequência atinge outros benefícios relevantes, que supera o mero direito individual da pessoa beneficiada com a regularização, desencadeando relevantes vantagens econômicas para o município, possibilitando a integração da função social da propriedade. A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica elaborada a partir de livros, cartilhas, artigos, legislação, doutrinas. Contou com um método indutivo. Foi aplicado na coleta de dados um questionário via WhatsApp e técnicas de análise documental na prefeitura do município de Porto Esperidião MT. Por fim o estudo demonstrou a importância de se fazer a regularização fundiária, com suas vantagens e benefícios para a cidade e seus beneficiários. Apontou também através de análise de documentos o andamento do processo de regularização fundiária do conjunto habitacional Edelmina e quais etapas do projeto de regularização estão sendo realizadas.

**Palavras-chave:** Função Social. Regularização Fundiária Urbana. Moradia.



---

## GT 21 – DIREITO DE FAMÍLIA II E DIREITO DAS COISAS

### SUCESSÃO PATRIMONIAL POR VÍNCULO DE AFETIVIDADE

*Regina de Oliveira Filó*  
*Me. André Luís Picoli Herrera*

Este trabalho aborda a temática da paternidade socioafetiva que tem grande relevância, e naturalmente a atual concepção de família tende a sofrer revoluções, principalmente mudanças e transformações do direito de pais e filhos quanto à sucessão. Assim, este artigo tem como objetivo abordar acerca dos direitos patrimoniais referentes à herança do filho não biológico, que não foi passado por qualquer tipo de procedimento de adoção, tratando assim de expor as considerações tanto doutrinárias como jurisprudenciais, e identificar na legislação vigente se há respaldo para o filho por afetividade em relação à sucessão patrimonial. Neste trabalho utilizou-se a metodologia qualitativa através de revisão bibliográfica e análise de jurisprudências, demonstrado aqui a nova concepção de família, estabelecida com base na origem das relações de filiação, não se encontrando mais, a genética e os laços consanguíneos no centro desta questão, mas sim, a valorização e a proteção da dignidade de cada indivíduo como direito fundamental, tutelado pela Constituição Federal. Esclareceu-se então que o enfoque arcaico, pautado apenas na proteção da entidade familiar em relação ao patrimônio, foi definitivamente e corretamente posto de lado. Faz-se necessário colocar o foco na afetividade entre os membros familiares, desta forma, tutelando a dignidade presente nas relações e considerando que os moldes atuais não se encaixam ao direito associado a multiparentalidade, alterações necessárias deverão ser o foco no Direito Sucessório. E mesmo que gere oposições de interesses e divergências, a paternidade socioafetiva na esfera do direito sucessório, claramente trará evoluções a sociedade em geral.

**Palavras-chave:** Filiação. Socioafetividade. Sucessão.



---

## GT – 22 – DIREITO ADMINISTRATIVO I

### **IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: UM ESTUDO DOS CASOS OCORRIDOS COM GESTORES PÚBLICOS NA REGIÃO SUDOESTE DE MATO GROSSO**

*José Santana Leite*

*Ma. Edna Soares da Silva*

O tema em questão trata-se da Lei de Improbidade Administrativa (LIA) 8.429/92, traz os atos de improbidade administrativa que causam enriquecimento ilícito, atos de improbidade administrativa que originam lesão ao erário e atos de improbidade administrativa que atentem contra os princípios da administração pública. Todos os atos causam prejuízo ao erário, sendo que esses atos são todos relacionados à chamada Corrupção. Conforme disposto na Carta Magna em seu artigo 37, “caput” da Constituição Federal de 1988. A partir deste assunto foi possível verificar a fundamentação jurídica que sustenta as ações civis por atos de improbidade. A metodologia utilizada é a quantitativa, na qual se caracteriza pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas. Os procedimentos técnicos usados serão a pesquisa bibliográfica, elaborada a partir de livros, artigos, teses, legislação, doutrinas, revisando de forma intensa a literatura existente sobre o assunto em questão. Por fim, o método escolhido foi o dedutivo, pois o raciocínio dedutivo tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas.

**Palavra-chave:** Improbidade Administrativa. Gestor. Sanções.



---

## GT – 22 – DIREITO ADMINISTRATIVO I

### **EFICÁCIA DO SERVIÇO PÚBLICO NA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS EM MATO GROSSO**

*Eliane da Silva Medeiros  
Ma. Edna Soares da Silva*

O presente estudo tenciona apurar a eficácia do serviço público prestado no estado do Mato Grosso no decorrer da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus. Para isso, são tratados os principais conceitos e correntes acerca do serviço público no Brasil, bem como são esposados os fatores responsáveis por determinar a eficácia na sua prestação. No que tange à pesquisa, a abordagem é de cunho qualitativo que foi elaborado utilizando-se de pesquisas bibliográficas e documental e o método dedutivo que busca explicitar as ações do governo estadual do citado ente federativo destinadas ao combate da pandemia e a forma pela qual o serviço público foi impactado por ela.

**Palavras-chave:** Serviço público. Coronavírus. Eficácia.



---

## GT – 23 – DIREITO PENAL VI

### PRÁTICA DA TRAFICÂNCIA COMO SIGNO DO INIMIGO PÚBLICO E SEU PROCESSO DE DESUMANIZAÇÃO

*Amanda Pereira de Oliveira  
Dr. Edson Benedito Rondon Filho*

A teoria do Direito Penal do Inimigo criada por Gunther Jakobs tem por principal objetivo dar à um grupo de pessoas, consideradas perigosas para a sociedade, um tratamento diferenciado, com mais rigidez e severidade. O presente trabalho tem por finalidade trazer informações a respeito dessa teoria, mostrando de que forma ela influenciou e influencia o nosso ordenamento jurídico até os dias atuais, trazendo à luz da análise o inimigo público e o seu processo de desumanização, demonstrando-se quem são as pessoas “alvo” dessa aplicação do direito penal, de que forma ela ocorre nos crimes de tráfico e como o traficante é eleito inimigo público perante a sociedade e o Estado. Para tanto, foi procurado sanar as indagações da problematização de forma que a fundamentação teórica se baseie na abordagem qualitativa, de objetivo explicativo e pelo procedimento técnico bibliográfico. O método de análise é o hermenêutico-jurídico.

**Palavras-chave:** Tráfico. Desumanização do Traficante. Direito Penal do Inimigo.



---

## GT – 23 – DIREITO PENAL VI

### **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM TEMPOS DE PANDEMIA NO MUNICÍPIO DE JAURU/MT: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS**

*Perla Mirella do Pilar  
Dr. Edson Benedito Rondon Filho*

Este artigo aborda as causas e consequências de violência doméstica em tempos de pandemia no município de Jauru/MT. O principal objetivo é analisar a influência da pandemia do COVID-19 nos casos de violência doméstica no município de Jauru no ano de 2020. A delimitação do universo a ser pesquisado consistiu na população da cidade de Jauru-MT, com amostra referente às vítimas de violência doméstica no citado município. Trata-se de uma abordagem qualitativa com meios técnicos para garantir a precisão e o cumprimento dos objetivos do estudo. O método utilizado para análise dos dados coletados é o compreensivo, o que possibilita obter uma análise sócio-jurídica. Os resultados indicam que houve um grande número de pedidos de medidas protetivas que são causadas por motivos fúteis como ciúmes, uso de drogas ou alcoolismo e o isolamento social como motivo principal na pandemia.

**Palavras-chave:** Violências. Violência doméstica contra mulheres. Pandemia.



---

## GT – 23 – DIREITO PENAL VI

### **VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: DESCRIÇÃO DO QUADRO SITUACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO**

*Rafael Henrique da Silva Alves  
Dr. Edson Benedito Rondon Filho*

Este artigo aborda as causas e consequências da violência contra a mulher, em razão das políticas públicas adotadas no estado de Mato Grosso. O principal objetivo é analisar a influência da pandemia do COVID-19 nos casos de violência doméstica no estado de Mato Grosso. Trata-se de uma abordagem qualitativa método utilizado será o que indicam os meios técnicos da investigação, pois este instrumento proporciona alguns meios técnicos para garantir a precisão e o objetivo do estudo, podendo combinar mais de um método. A delimitação do universo a ser pesquisado consistirá na população do estado de Mato Grosso, com amostra referente às vítimas de violência doméstica. O método utilizado para análise dos dados coletados será o método compreensivo, pois através de pesquisa em vários campos diferente estudando com o principal objeto de obter uma análise social.

**Palavras-chave:** Violência contra a mulher. Femicídio. Pandemia.



---

## GT-24 – DIREITO PENAL VII E DIREITO PENITENCIÁRIO

### AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID - 19 E OS DIREITOS HUMANOS DOS PRESOS: UM ESTUDO NA CADEIA PÚBLICA DE MIRASSOL D'OESTE – MT ATÉ OS DIAS ATUAIS

*Álan César Valadão Annunciatto  
Dra. Henriqueta Fernanda Chaves Alencar Ferreira Lima*

Na atual realidade, vivenciamos um momento delicado, entre a prevenção do contágio covid-19 (coronavírus), dentro das cadeias públicas, e o cumprimento da pena, sem ferir os Direitos Humanos e as Garantias Fundamentais da Pessoa Humana. Diante dos acontecimentos, o Supremo Tribunal Federal (STF) analisou a Ação Direita de Inconstitucionalidade 6.341 que questionava a Medida Provisória 926, de Março de 2020, o objeto de estudo e a investigação são as medidas restritivas adequadas ao enfrentamento do coronavírus, onde se dedica a definir quais atividades serão suspensas e os serviços que não serão interrompidos, sendo que a tese é da competência concorrente. Por meio da Recomendação da Ação Direita de Inconstitucionalidade n° 62, de 17 de Março de 2020, recomenda-se aos tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação de infecção pelo novo coronavírus – covid-19, no âmbito dos Sistemas de Justiça Penal e Socioeducativo, diante das medidas protetivas no enfrentamento do contágio com o vírus. Nesse contexto, o presente trabalho de pesquisa tem por escopo mostrar a realidade do Sistema Prisional de Mato Grosso - MT, com ênfase na Cadeia Pública de Mirassol D'Oeste-MT, desde o início da pandemia até os dias atuais. Para tanto, utilizando-se do método dedutivo e da pesquisa qualitativa com técnicas não só de revisão bibliográfica – em artigos e livros como também em pesquisa de campo com entrevistas com os profissionais responsáveis da Cadeia Pública de Mirassol D'Oeste-MT.

**Palavras-chave:** Covid-19; Direitos Humanos dos Presos; Políticas Públicas; Cadeia Pública Mirassol D'Oeste-MT.



---

## GT-24 – DIREITO PENAL VII E DIREITO PENITENCIÁRIO

### DISCUTINDO O MODELO DE GESTÃO DA POLÍTICA DO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO DE MATO GROSSO SOB A ÓTICA DA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA

*Guilherme Dantas Teixeira  
Dra. Henriqueta Fernanda Chaves Alencar Ferreira Lima*

O artigo em comento tem por escopo fazer um breve levantamento do atual modelo de gestão utilizado nas penitenciárias do Estado de Mato Grosso, apresentando os pontos positivos e negativos da política aderida até nos dias atuais, além de identificar e buscar apresentar uma melhor solução ao sistema de execução de pena até então predominante no Brasil. Neste contexto, mister se apresentar o conceito da privatização das penitenciárias por intermédio das Parcerias Público-Privada com maiores investimentos e uma infraestrutura melhor para propiciar ao encarcerado uma melhor adequação e inserção posterior ao meio e convívio social, graduando uma integração que possa possibilitar o presidiário a não cometer mais crimes. Para um melhor desenvolvimento da pesquisa se utilizou do método dedutivo e qualitativo de abordagem e o uso da técnica de pesquisa da revisão bibliográfica com base em livros, teses, artigos, legislações e doutrinas.

**Palavras-chave:** Modelo de Gestão. Sistema Prisional. Parceria público-privada.



---

## GT-24 – DIREITO PENAL VII E DIREITO PENITENCIÁRIO

### **A EFETIVIDADE DAS MEDIDAS SANITÁRIAS PARA O COMBATE DO NOVO CORONAVÍRUS NO SISTEMA PRISIONAL DA COMARCA DE MIRASSOL D'OESTE/MT NO ANO DE 2020: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA**

*Verônica Alves Espíndola  
Dra. Henriqueta Fernanda Chaves Alencar Ferreira Lima*

Ante o cenário pandêmico causado pelo novo coronavírus e as medidas sanitárias recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) a seu combate, as condições de prisões nas unidades prisionais brasileiras, já marcadas por problemas como superlotação, foram agravadas. Nessa senda, o artigo em comento se propõe analisar a efetividade das medidas sanitárias adotadas pelo sistema prisional, especificamente, nas unidades prisionais no Brasil, mas com ênfase nas do Estado do Mato Grosso, especificamente em Mirassol D'Oeste, no ano de 2020. Pretende-se, assim, observar e analisar se tais medidas foram suficientes para que não houvesse a contaminação em massa da população carcerária. A metodologia adotada para o desenvolvimento desta pesquisa foi uma abordagem quantitativa indutiva, com pesquisa de campo na cadeia pública da Comarca de Mirassol D'Oeste/MT, bem como levantamento bibliográfico acerca do tema por meio de levantamento bibliográfico, sistematizado e documental de natureza qualitativa a partir de revistas científicas, website/repositório, livros, buscando comparar a teoria e a prática.

**Palavras-chave:** Novo coronavírus. Medidas Sanitárias. Sistema Prisional. Mirassol D'Oeste/MT. Efetividade.



---

## GT 25 – DIREITO PENAL VIII/DIREITO PROCESSUAL PENAL

### ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL NA COMARCA DE ARAPUTANGA-MT

*Livian Nunes Pereira*  
*Dr. Edson Benedito Rondon Filho*

O *Acordo de Não Persecução Penal* (ANPP) emergiu no ordenamento jurídico brasileiro por meio da Lei n. 13.964/2019, trazendo à tona a possibilidade de estabelecimento de uma negociação entre o investigado e o Ministério Público em situações de crimes atrelados a penas inferiores a 4 (quatro) anos, isentos de violência ou grave ameaça. A inovação foi instaurada com o objetivo de desafogar o sistema judiciário, ao mesmo passo que proporciona uma solução mais breve às partes envolvidas. Contudo, dado seu curto período de aplicação, é normal que seja um assunto ainda polêmico, relacionado a controversas tanto em subjetividades encontradas no seu texto, como na dúvida de se realmente seria provedora de um benefício coletivo no âmbito social. Assim sendo, o presente artigo analisa a aplicabilidade do acordo de não persecução penal através da exposição de abordagens de diferentes autores, bem como um estudo de caso a partir de uma entrevista com representante do Ministério Público da comarca de Araputanga-MT. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico amparado por artigos, livros e textos de lei e uma pesquisa-ação, que visou uma investigação social. Desse modo, ficou claro que o ANPP pode ser um instituto de uso efetivo, ainda que apresente fragilidades em sua elaboração. Um realinhamento de alguns pontos de sua redação seria de grande valia, assim como a elaboração de mais políticas públicas que representem a garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos, como a educação, que é, indiscutivelmente, uma poderosa ferramenta de combate à criminalidade.

**Palavras-chave:** Criminalidade. Negociação. Sistema judiciário.



---

## GT 25 – DIREITO PENAL VIII/DIREITO PROCESSUAL PENAL

### A SELETIVIDADE DO SISTEMA PUNITIVO BRASILEIRO E A TEORIA DO LABELLING APPROACH

*Mirela Damacena  
Dr. Edson Benedito Rondon Filho*

O presente artigo pretende demonstrar como as instituições que integram o sistema punitivo brasileiro atuam, tornando-o seletivo, deslegitimando seu discurso garantista, sob a perspectiva da teoria do *labelling approach*. Para tanto se faz necessário entender que o sistema penal visto como ferramenta para a solução da criminalidade não passa de uma ideia simplista. Ele funciona como um filtro para a manutenção da organização social, privilegiando as classes elitizadas e perseguindo as classes baixas. Seu objetivo nunca foi suprimir as práticas delituosas e sim estabelecer uma forma de gerir as ilicitudes criadas pela lei, operando o social de cima. Segundo esta teoria, o crime é uma construção social, na qual a sociedade irá criar suas regras e selecionar quais indivíduos deverão ser responsabilizados. Assim, é a reação da sociedade frente a uma determinada conduta que a configura como criminosa. Para aportar tais observações, utilizou-se uma abordagem qualitativa de pesquisa subsidiado por pesquisa bibliográfica e pelo método compreensivo.

**Palavras-chave:** Sistema penal brasileiro. Política criminal. Seletividade. Estigmatização. *Labelling Approach*.



---

## GT 25 – DIREITO PENAL VIII/DIREITO PROCESSUAL PENAL

### **DO INFANTICÍDIO: UMA DISCUSSÃO SOBRE CONCURSO DE PESSOAS E A INFLUÊNCIA DO ESTADO PUERPERAL**

*Osnie de Souza Silva  
Dr. Edson Benedito Rondon Filho*

O presente artigo tem por objetivo analisar o infanticídio em sua forma culposa, bem como a influência do estado puerperal como alicerce caracterizador do crime. Desta forma, buscou-se compreender o crime de infanticídio e as correntes teóricas que tratam o assunto quanto à participação de terceiros e concurso de pessoas. Será possível enfatizar neste trabalho, também, o que de fato é o estado puerperal e o puerpério, bem como o seu grau de influência no crime de infanticídio. A abordagem utilizada neste trabalho foi a qualitativa com recurso de pesquisa bibliográfica, realizada nas leis, jurisprudências, súmulas e outros.

**Palavras-chave:** Infanticídio. Concurso de pessoas. Estado puerperal.



---

## GT – 26 – DIREITO ADMINISTRATIVO II

### FRAUDE EM LICITAÇÃO

*Amanda Medeiros da Silva Torres*  
*Ma. Edna Soares da Silva*

O presente artigo pretende tratar sobre a fraude praticada no processo licitatório bem como nas formas de combate a essa prática. A Administração Pública não pode fazer a livre contratação para compras, obras e serviço são vedados às autoridades competentes a celebração de contrato de prestação de serviços ao ente público sem antes ter feito o processo licitatório. É por meio da licitação, em consonância ao princípio da isonomia, que as pessoas que tem o interesse na prestação de serviços para a Administração Pública, poderá oferecê-lo. A ação fraudulenta tem por objetivo prejudicar a Administração Pública, o presente trabalho tem como objetivo fazer uma alerta para identificar uma fraude, e mostra o caminho que deve percorrer para chegar até ela. Fraude são extremamente comuns na realidade brasileira, como por exemplo no sistema tributário, onde fraudada-se o imposto de renda. No que concerne à fraudes nas licitações, esta é comumente realizada por agentes públicos que visam adquirir vantagem indevida para si ou para outrem. Para lograr êxito na abordagem do tema em questão, utilizou-se da abordagem qualitativa, que busca compreender melhor um fenômeno analisando-o numa perspectiva integrada, adotando-se o método de pesquisa documental ou bibliográfica.

**Palavras-chave:** Administração Pública. Licitação. Fraude em licitação.



---

## GT – 26 – DIREITO ADMINISTRATIVO II

### A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOB A ÓTICA DA SAÚDE FRENTE A PANDEMIA NO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA-MT

*Isis Cardoso Marins de Carvalho  
Ma. Edna Soares da Silva*

A presente pesquisa tem como objetivo analisar como o município de Araputanga agiu perante a pandemia denominada como novo Corona Vírus. Dessa forma, foi possível analisar, como o povo, e principalmente os munícipes de Araputanga, foram readequando suas vidas às novas exigências. Além disso, a forma em que a administração pública geriu seus recursos e encargos, sendo essa responsável pelo setor da saúde (onde estavam os responsáveis da chamada linha de frente) agiu perante esse contexto. Neste sentido, foi utilizada como metodologia a pesquisa indutiva, auxiliada da coleta de dados através da observação nos postos de saúde de Araputanga e no hospital de propriedade privada. A partir disso, foi possível auferir como foi grande o impacto causado pela pandemia, e analisar o comportamento da atual gestão da cidade. Claramente, o cenário atual exige decisões rápidas e assertivas, e quando não feitas, implicam em episódios gravíssimos.

**Palavras-chave:** Pandemia. Saúde. Políticas Públicas.



---

## GT – 26 – DIREITO ADMINISTRATIVO II

### **GESTÃO PÚBLICA E A DISPENSA DE LICITAÇÃO EM TEMPOS PANDÊMICOS: UM ESTUDO DOS EFEITOS JURÍDICOS DA AQUISIÇÃO DE BENS E INSUMOS PARA ENFRENTAMENTO EMERGENCIAL DO COVID-19**

*Jeslei Gabriel Braga Nogueira  
Me. Jean Dias Ferreira*

Referida proposta de construção acadêmica tem como objetivo enfatizar a relevância da gestão pública frente à dispensa de licitação em tempos pandêmicos que, por um olhar jurídico faz-se necessário diante ao caótico estado salutar a que estamos imersos com a pandemia COVID-19. Assim, este estudo ressaltará como se dá, bem como a real necessidade de aquisição de bens e insumos ao enfrentamento deste estado salutar de necessidade em que a gestão pública em todas as suas hierarquizações necessita dar uma prestação de serviço salutar de qualidade e eficácia, enfatizando ainda o bom cumprimento dos princípios constitucionais garantidores do bom exercício da administração pública. Para isso, faz-se um estudo sobre a Lei n° 13.979/2020 que, por sua vez, autoriza a aquisição de bens e insumos para enfrentamento emergencial do COVID-19. Sabe-se que a imposição de licitar é uma obrigatoriedade constitucional, por isso, faz-se necessário a busca pela análise e entendimento de referida dispensa em tempos de pandemia, evidenciando as principais inovações legislativas em prol da legalidade da dispensa licitatória. Desta feita, destaca-se como metodologia de desenvolvimento desta pesquisa os métodos e procedimentos bibliográfico, dedutivo e qualitativo para que se possa extrair ao máximo um bom entendimento quanto a aplicabilidade e eficácia da proposta deste estudo.

**Palavras-chave:** Direito à saúde. Processo licitatório. Pandemia Covid-19.



## INDICE QUALIFICATIVO DOS ORIENTADORES

### **Esp. André Luíz Picoli Herrera**

Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Bacharel em Direito pela Faculdade Católica Rainha da Paz de Araputanga – FCARP, e cursando bacharelado em Administração Pública (UNEMAT). Pós-graduado em Direito Notarial e Registral, Direito Eleitoral e Direito Processual Civil. Atualmente é mediador/conciliador judicial (certificado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso), advogado, procurador jurídico do município de Guaíra - PR, docente, com aulas ministradas na Unemat (Universidade Estadual do Estado de Mato Grosso), Faculdade Católica Rainha da Paz (FCARP) e na Escola Superior de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar (ESFAP-MT), nas disciplinas de Direito Civil, Direito Empresarial, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Teoria Geral do Processo, Economia Política e Criminologia. Possui certificação internacional em coaching (Professional Executive Coach Certification). Aprovado nos concursos públicos de provas e títulos para outorga de delegações de notas e de registro dos Estados de Mato Grosso e do Ceará e para o cargo de procurador jurídico do município de Guaíra - PR.

### **Ma. Claudirene Andrade Ribeiro**

É doutoranda em Direito Social e Seguridade Social pela USP, ingresso em 2019, Mestre em Direito Agroambiental (2016) e em Educação (2000), graduada em Direito (2001) e em Geografia- Licenciatura Plena (1995) e Geografia Bacharelado (1996), todos pela Universidade Federal de Mato Grosso- UFMT. Mestre em DIREITO AGROAMBIENTAL (2016) e em EDUCAÇÃO (2000) e Especialista em Direito do Trabalho pelo PUC/SP. Realizou diversos cursos de atualização/extensão na área do Direito e da Geografia. Foi bolsista de iniciação científica Programa PIBIC, em parte do período da graduação em geografia. Participou de diversos congressos e outros eventos científicos com apresentação de trabalho e na condição de ouvinte. Atuou como conciliadora de Defesa do Consumidor junto ao Procon/MT, no período de março de 2001 a março de 2003. Exerceu atividade de docência do ensino Pré-escolar ao ensino superior e pós-graduação, na área de Geografia, com ênfase em geografia humana e na área jurídica, com ênfase em direito Agrário e Direito do Trabalho. Exerceu a advocacia no período de 2001 a 2004. Foi Juíza do Trabalho Substituta do TRT - Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região no período de 2004/2006 e juíza do Trabalho Substituta no TRT 23ª Região, sendo promovida a juíza titular da Vara do Trabalho de Juína em dezembro de 2011. Atualmente é juíza titular da VT de Mirassol dOeste/MT.

### **Ma. Edna Soares da Silva**

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso (1998), Especialização em Direito Penal e Processo Penal e Direito Ambiental Urbano pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT/2014); Processo Civil pela Universidade de Cuiabá (UNIC) e mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (2005).

Durante os anos de 2008 e 2009 foi Professora Substituta do Departamento de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Diretora Financeira do Centro Educacional Maria Auxiliadora em Cuiabá/MT(CEMA). É advogada, inscrita na OAB/MT sob o nº. 11.601. Atuou como Consultora do Projeto de Educação no Sistema Prisional da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC), no período de 2009 a 2012 e como professora no Curso de Direito da UNED/ Diamantino no período de 2003 a 2007. Também prestou serviço como professora na Academia de Polícia Militar do Estado de Mato Grosso. Atualmente é professora contratada da Faculdade Católica Rainha da Paz (FCARP) sendo membro do NDE - Núcleo Docente Estruturante - do Curso de Direito da FCARP e do Conselho Editorial da Revista Espaço Acadêmico da FCARP. Tem experiência na área de Ensino Jurídico, com ênfase nas seguintes áreas: Direito Constitucional, Direitos Humanos e Direito Ambiental.

#### **Dr. Edson Benedito Rondon Filho**

Pós-Doutorado junto ao Departamento de Letras Modernas do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho (IBILCE/UNESP), na modalidade III (PD-III) (2020). Doutor em Sociologia pelo PPGS/UFRGS, na linha de Violência, Criminalização, Cidadania e Direito com estágio doutoral (sanduíche) junto ao Centre de *Recherche Sociologique sur le Droit et les Institutions Pénales* (CESDIP) / França (2013). Mestre em Educação (IE/ UFMT - 2008). Especialista em Inteligência de Segurança Pública pela FAECC - UFMT (2008). Especialista em Gestão de Segurança Pública pela FAECC- UFMT (2003). Bacharel em Ciências Sociais (UFMT - 2010). Bacharel em Direito pela UFMT (2001). Graduado no Curso de Formação de Oficiais pela Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás (1994). Docente do curso de Direito da Faculdade Católica Rainha da Paz (FCARP). Docente colaborador do Mestrado em Sociologia do PPGS/ UFMT. Membro do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania (GPVC) da UFRGS. Membro do Grupo de Pesquisa em Movimentos Sociais e Educação (GPMSE), do Instituto de Educação (IE), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Membro do Núcleo Interinstitucional de Estudos da Violência e Cidadania (NIEVCI) da UFMT. Sócio Fundador do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (IBSP). Associado do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Associado do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT).

#### **Me. Everton Leandro da Costa**

Mestre em Direitos Coletivos, Cidadania e Função Social pela Universidade de Ribeirão Preto, Pós Graduado *lato sensu* pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em Direito Processual Civil, Direito Processual Penal e Direito Processual trabalhista; Pós Graduado em Tecnologia e Educação à Distância pela AJES; Pós Graduando em Direito das Famílias e Sucessões; Pós Graduando em Tutoria em Educação à Distância; Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Atualmente é Professor Universitário - Tendo como experiência profissional na docência a PUCCAMP - Pontifícia Universidade Católica de Campinas; PUC Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Professor Orientador Nacional da Rede de Ensino LFG / UNIDERP; Coordenador da Escola Superior de Advocacia - ESA/MG; Professor da FCARP- Faculdade Católica do Mato Grosso; Membro efetivo do Núcleo Docente Estruturante da FCARP - MT; Professor na Academia de Polícia Militar de Minas Gerais; Professor na Faculdade do Norte do Mato Grosso - AJES; Professor na Faculdade do Vale do Juruena - AJES; Professor na Faculdade do Vale do Rio Arinos - AJES; é também advogado atuante e inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - Seção MG, com ênfase na área Processual, Direito Civil, Direito do Consumidor, Direito trabalhista e Empresarial.

### **Ma. Henrique Fernanda Chaves Alencar Ferreira Lima**

Graduada em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco e em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestra em Ciências Jurídicas pelo Centro Universitário de Maringá - UNICESUMAR, em Direitos da Personalidade com dissertação intitulada "Da judicialização da vida aos precedentes judiciais obrigatórios: uma análise do impacto na efetividade dos direitos da personalidade no Brasil ", sob orientação do prof. Dr. Dirceu Pereira Siqueira; Especialista Lato Sensu em Direito Público pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco - ESMAPE, com obtenção do título de láurea, e MBA em Direito: Poder Judiciário pela Escola Superior de Magistratura de Mato Grosso - ESMAGIS e Fundação Getúlio Vargas - FGV. Membro do grupo de pesquisa Políticas Públicas e Instrumentos Sociais de efetivação dos Direitos da Personalidade, do(a) Centro de Ensino Superior de Maringá e do grupo Cortes Constitucionais e Democracia, da Uniceub, sob responsabilidade da profa. Patricia Perrone Campos Melo. Membro do GEMAM - Grupo de Estudos da Magistratura de Mato Grosso/TJMT. Pesquisadora colaboradora da Clínica Empresas, Direitos Humanos e Políticas Públicas do UniCeub sob coordenação do prof. Nitish Monenhurrun. Tem experiência em docencia em ensino superior na área de Direito Civil e Sociologia Jurídica. Estudiosa do ativismo judicial e "judicialização da vida" na efetivação dos direitos humanos, fundamentais e da personalidade, bem como do papel do direito na efetivação de políticas públicas e intervenção democrática, no contexto nacional e internacional. Atualmente atua como Juíza de Direito no e.Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, Docente em Graduação em Direito e da colaboradora da Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso (ESMAGIS) e e Doutoranda em Direito na UniCEUB.. Email para contato: henriqueta\_chaves@yahoo.com.br

### **Esp. Jean Ferreira Dias**

Mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT, 2019). Possui graduação em Direito pela Faculdade Católica Rainha da Paz (2013 - 2017). Especialista em Direito Penal e Direito Processual Penal (2018 - 2018, Verbo Jurídico), Direito Público (2018 -2018, Verbo Jurídico) e Pós-Graduando em Filosofia (Estácio). Autor do livro Transformados - Geração Z, pela Editora Garcia Edizioni, (2016). Atualmente é advogado, com ampla experiência nas áreas civil, criminal, consumidor trabalhista e previdenciário.

### **Me. Jefferson Antonione Rodrigues**

Possui Graduação em Direito pelo Centro Universitário Eurípides de Marília (2002), Marília/SP, Mestrado em Direito pelo Centro Universitário Eurípides de Marília (2008), Marília/SP, Especialista em Direito Ambiental Urbano pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT (2014), Cuiabá/MT, Bacharel em Teologia e Juiz de Paz Eclesiástico, pela Faculdade Teológica Nacional (2016) e, Mestre em Teologia pela Faculdade Teológica Nacional. É pós-graduado em Segurança no Trabalho pela Faculdade Venda Nova do Imigrante - FAVENI, Pós-Graduando em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica e, Graduando em Pedagogia pela Faculdade Intervale. Atualmente é Coordenador do Curso de Segurança do Trabalho da FCARP, Araputanga/MT, Coordenador dos Projetos de Responsabilidade Social Direito em Ação da Faculdade Católica Rainha da Paz - FCARP, Araputanga/MT, Membro do Corpo Docente da Faculdade Católica Rainha da Paz - FCARP, ministro das cadeiras de Direito Internacional, Ciência Política com ênfase em Teoria Geral do Estado, Filosofia Geral e Jurídica, Teoria do Direito, Métodos Alternativos de Solução de Conflitos, Direito e Tecnologia, Ética Geral e Profissional, Antropologia e Direito Processual Penal com ênfase em Execução Penal. Editor Geral da Revista Informativa "Espaço

Acadêmico" e Presidente da Subcomissão da Revista Informativa Espaço Acadêmico no âmbito do curso de Direito, Editor Geral da Revista Eletrônica Científica "Scientia & Sabere", Membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE), Membro do NUPEDI (Núcleo de Pesquisa e Estudos em Direito) exerce a liderança do Grupo de Pesquisas "Direito, Historiografia e Cultura brasileira". É também Docente da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, Cáceres/MT nas disciplinas: Metodologia da Pesquisa Jurídica, Direito e Bioética; exerceu a liderança do Grupo de Pesquisas "Processualística Penal, Direitos Humanos e Cultura". Exerceu ainda a Coordenação do Grupo de Estudos "Garantismo Constitucional, Violência Doméstica Negra e Direito Sistêmico" e, Garantismo Constitucional, Cultura e História Afro da Academia Brasileira de Direito Constitucional e, Curitiba/PR. Mediador de Conflitos certificado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso - TJMT, Comarca de Mirassol d' Oeste/MT. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em TEORIA GERAL DO DIREITO E DO ESTADO, atuando principalmente nos seguintes temas: Direito, Ensino, Música, Cultura e História. Tem por foco principal, ensinar, que implica no ato de propiciar uma reflexão crítica acerca da realidade concreta que capacita o aluno a processar transformações, através do oferecimento de oportunidades e experiências organizadas com a finalidade de facilitar a apropriação, julgamento e recriação de complexo e variados conhecimentos, habilidades e atitudes, necessárias ao pleno exercício de sua cidadania e função social.

#### **Ma. Joana Darc Xavier Alves**

Mestre em Teologia pela faculdades EST de São Leopoldo do RS na linha de pesquisa: Gênero, Feminismo e Diversidade (2017), possuindo Graduação (1997) e Pós graduação (2002) pela Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT (2002). Professora de História da Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima e da Escola de Educação Básica Padre José de Anchieta, ambas no município de Araputanga - MT. Atuando ainda como docente na Faculdade Católica Rainha da Paz, nas disciplinas de Cultura Teológica, Seminário de Pesquisa da História africana e indígena; Metodologia do Ensino da História e da Geografia; Introdução a Filosofia e a Sociologia com ampla experiência na área de História, Teologia e Sociologia, desenvolvendo pesquisas explorando temas como: memória, questões étnico raciais voltando olhares para a problemáticas de gênero e o meio social, cultural e a natureza. Participante efetiva do grupo de estudos do curso de Direito da Faculdade Católica Rainha da Paz (NUPEDI) com a linha: Educação, Direitos Humanos e Políticas Públicas. Atuando nas causas sociais a frente da presidência da Associação Esperança. (Texto informado pelo autor)

#### **Ma. Luciene Francisca de Souza Jesus**

Mestre em Direito Público - Universidade Gama Filho/Universidade Veiga de Almeida/RJ, Orientador Dr. Antônio Celso Pereira Alves. Especialização em Direito e Processo Penal - Universidade Cândido Mendes/RJ, Orientadora Doutora Valesca Rodrigues; e em Direito Tributário - Faculdades CERS/PE. Especialização em Direito Previdenciário em andamento - Faculdades CERS/PE. Graduação em: Direito - Universidade Cândido Mendes/RJ; e em Biblioteconomia - UFMG. Professora de Direito Penal e Direito Previdenciário - Faculdade Católica Rainha da Paz de Araputanga/MT - FCARP; é Advogada - OAB/MG.

#### **Esp. Luiz Gustavo Gasch Harris**

Bacharel em Direito pela Escola Católica FCARP-Rainha da Paz (2014), Pós-graduando em Direito Público pela Faculdade Damásio (2017), Prof. Suplente do Curso de Direito da FCARP (desde 2015), Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil -MT 19.540/O, Vice-líder do Grupo de Pesquisa Direito Brasileiro, Historiografia e Cultura da FCARP, membro do Grupo de Pesquisa Garantia Constitucional e Violência Doméstica Negra da

Academia Brasileira de Direito Constitucional de Curitiba ABDConts, membro do NUPEDI- Núcleo de Pesquisas e Estudos em Direito da FCARP, avaliadora de projetos de pesquisa da 23ª SEMAJUR da UNEMAT, publicou artigos e projeto de pesquisa sobre questões ambientais 2014/2017, Artigo publicado por meio de sustentação oral no SemiEdu promovido pela UFMT-Universidade Federal do Estado de Mato Grosso, Palestra proferida na IX semana jurídica da FCARP, participação na mesa redonda da IX semana jurídica da FCARP, palestra proferida no encontro de raça e gênero promovido pela FCARP.

### **Esp. Rute De Laet e Soares**

Graduada em Direito pela Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT (1999). Especialista em Direito Ambiental à Distância II pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT (2014). Especialista "*Lato Sensu*" em Direito Público pela Universidade do Estado de Mato Grosso- UNEMAT (2000). Durante os anos de 2000 a 2017. Foi Assessora Jurídica do Banco Cooperativo Sicredi Noroeste de MT. Atuei como Assessora Jurídica do Município de Reserva do Cabaçal/MT durante os anos de 2000 a 2010. É advogada, inscrita na OAB/MT sob o nº 6119. Professora contratada da Faculdade Católica Rainha da Paz (FCARP) tendo lecionado nos anos de 2001 a 2014 no Curso de Ciências Contábeis, nas disciplinas de Legislação Trabalhista e Previdenciária e Instituições de Direito, e no Curso de Administração as disciplinas de Noções de Direito e Direito Administrativo e Tributário. Professora celetista da Faculdade Católica Rainha da Paz (FCARP) desde 2008 até a presente data leciona no Curso de Direito, ministrou as disciplinas de Direito Constitucional I e II, Hermenêutica Jurídica, Introdução ao Estudo de Direito I e II, Juizado Especiais Cíveis e Penais, Estágio Supervisionado I, II, III e IV, Direito Administrativo I e II, Direito Processual Civil I e II.

